

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

JÚLIA BOMFIM COSTA

**RAÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: OS SENTIDOS DE MULHER
NEGRA DO LIVRO DIDÁTICO ÀS CAPAS DE REVISTA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

JÚLIA BOMFIM COSTA

**RAÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: OS SENTIDOS DE MULHER
NEGRA DO LIVRO DIDÁTICO ÀS CAPAS DE REVISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientador: Prof. Dr. Adilson Ventura

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

C873r	<p>Costa, Júlia Bomfim. Raça, gênero e Interseccionalidade: os sentidos de mulher negra do livro didático <i>Às Capas de Revista</i>. / Júlia Bomfim Costa; orientador Adilson Ventura da Silva. – Vitória da Conquista, 2021. 89f.</p> <p>Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Inclui referência F. 88 – 89.</p> <p>1. Mulher negra. 2. Semântica do acontecimento. 3. Livro didático – <i>Às Capas de Revista</i>. I. Ventura, Adilson (orientador). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 305.48</p>
-------	--

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Race, Gender And Intersectionality: The Meanings Of A Black Woman From The Teaching Book To The Magazine Covers.

Palavras-chave em inglês: Black Woman. Senses. Intersectionality.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Adilson Ventura, Prof(a) Dra. Gerenice Cortes e Prof. Dr. Taisir Karim

Data da defesa: 29/03/2021

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5735-3526>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5921258315774683>

JÚLIA BOMFIM COSTA

**RAÇA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: OS SENTIDOS DE MULHER
NEGRA DO LIVRO DIDÁTICO ÀS CAPAS DE REVISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.


Data da aprovação: 29 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva
(Presidente-Orientador)
Instituição: UESB

Ass.:  _____

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira
Cortes
Instituição: UESB

Ass.:  _____

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Instituição: UNEMAT

Ass.:  _____

Dedico este trabalho aos meus pais, familiares e amigos, por acreditarem em mim, pelo amor e amparo que me fizeram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Capes: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.¹

Ao meu orientador Prof. Dr. Adilson Ventura, agradeço a oportunidade de aprender todos os dias um pouco do conhecimento que carrega. Obrigada por me acolher com a sua alma de mestre. Por ser sempre tão dedicado aos seus alunos, por se preocupar, por nos enxergar sempre além, por permitir que a sua leveza desconstruísse as minhas angústias e medos nesse percurso. Obrigada por me inspirar com a sua sabedoria e humildade.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Jorge Viana e a Prof^a. Dr^a. Gerenice Cortes, por aceitarem avaliar o trabalho e contribuir de forma valorosa para o desenvolvimento do mesmo.

Aos membros da Banca de Defesa, Prof^a. Dr^a. Gerenice Cortes e Prof. Dr. Taisir Karim por aceitarem participar da banca e por toda a avaliação e contribuição ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelos momentos enriquecedores de aprendizado.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Semântica da UESB (GEPES/UESB), por todo aprendizado que compartilhamos, pelas reuniões e pela parceria de sempre. Agradeço a cada um dos membros do Grupo pelos trabalhos que desenvolvemos e pela amizade que tornou tudo mais leve.

Aos funcionários do PPGLin pela atenção, cordialidade e disponibilidade para nos ajudar.

Aos meus pais, pelo exemplo diário de força, honestidade e determinação. Pelo cuidado e preocupação de sempre. Por me impulsionarem a querer ser sempre melhor para mim e para os outros. O amor de vocês me faz ir mais longe.

Aos meus familiares e amigos, pelo carinho e incentivo de sempre.

¹ Forma padrão em conformidade com Portaria CAPES nº 206/2018 e esclarecimento do Ofício Circular nº 19/2018-CPG/CGSI/DPB/CAPES.

RESUMO

Há séculos atrás, quando as mulheres não tinham voz ativa na sociedade, diversas lutas foram travadas para que pudessem ter o direito de serem respeitadas com igualdade perante os homens. Dentre essas mulheres, existia ainda um grupo que se destacava nessa luta ao reivindicar não apenas igualdade de gênero, mas brigavam também pela igualdade de raça. Essa problemática se constitui, conforme mulheres negras têm seu discurso silenciado ao longo da história pela sobreposição dos interesses racistas do movimento de mulheres e intenções sexistas do movimento negro. Sob essa perspectiva, percebe-se a necessidade de se entender como esse embate de opressões se constituem no atual cenário em que vivemos e como o cruzamento de tais marcadores identitários operam juntos. Dessa forma, nosso objetivo geral é entender como os sentidos de mulher negra e o funcionamento do político são constituídos no livro didático e nas revistas voltadas para o público feminino, os quais constituem o nosso *corpus*. Assim, temos como pergunta de trabalho: como os sentidos de mulher negra se constituem diante da intersecção entre raça e gênero? Para nortear os caminhos para responder essa questão, partimos da hipótese de que há um duplo lugar para a mulher negra, enquanto raça e gênero, ocupando uma dupla discriminação. Para o desenvolvimento da pesquisa, fundamentamos esse trabalho a partir dos pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento, teoria semântica enunciativa que parte da premissa de que os sentidos são constituídos na enunciação, numa relação da língua com a própria língua, enquanto algo que é tomado na temporalidade do acontecimento. Sendo assim, o acontecimento de linguagem instaura sentidos porque é afetado pelo político que instala o conflito no centro do dizer, estabelecendo uma desigualdade que divide e redivide nos espaços de enunciação.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher Negra. Semântica do Acontecimento. Livro Didático. Revista.

ABSTRACT

Centuries ago, when women had no say in society, several struggles were fought so that they could have the right to be respected equally with men. Among these women, there was still a group that stood out in this struggle by claiming not only gender equality, but also fighting for equality of race. This problem is constituted, as black women have their speech silenced throughout history by the overlapping racist interests of the women's movement and sexist intentions of the black movement. From this perspective, there is a need to understand how this clash of oppression is constituted in the current scenario in which we live and how the crossing of such identity markers operate together. In this way, our general objective is to understand how the senses of black women and the functioning of the politician are constituted in the textbook and magazines aimed at the female audience, which constitute our corpus. Thus, we have as a work question: how are the senses of black women constituted in the face of the intersection between race and gender? Which unfolds in two more questions: how does temporality historically configure these senses? And how does the functioning of the politician organize these meanings? To guide the ways to answer these questions, we start from the hypothesis that there is a double place for black women, as race and gender, occupying a double discrimination. For the development of the research, we base this work on the theoretical assumptions of the Semantics of the Event, an enunciative semantic theory that starts from the premise that the senses are constituted in the enunciation, in a relation of the language with the language itself, as something that is taken in the temporality of the event. Thus, the language event establishes meanings because it is affected by the politician who installs the conflict at the center of saying, establishing an inequality that divides and re-divides the spaces of enunciation.

KEY WORDS

Black woman. Semantics of the Event. Textbook. Magazine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por raça/cor	24
Figura 2 – Gráfico do Rendimento mensal médio do trabalho, segundo raça/cor e sexo	25
Figura 3 – Livro didático Português Contemporânea: diálogo, reflexo e uso	39
Figura 4 – R1: Tirinha Lili Ex	40
Figura 5 – R4: Carta aberta aos brancos pró-movimento negro	46
Figura 6 – Claudia, outubro de 2017	50
Figura 7 – Claudia, novembro de 2019	58
Figura 8 – Claudia, novembro de 2019	58
Figura 9 – Claudia, novembro de 2019	58
Figura 10 – Claudia, novembro de 2019	59
Figura 11 – Claudia, novembro de 2019	59
Figura 12 – Claudia, novembro de 2019	59
Figura 13 – Claudia, novembro de 2019	59
Figura 14 – Marie Claire, abril de 2019	68
Figura 15 – Marie Claire, janeiro de 2019	71
Figura 16 – Marie Claire, janeiro de 2019	71
Figura 17 – Vogue Brasil, maio de 2019	75
Figura 18 – Vogue Brasil, maio de 2019	75
Figura 19 – Vogue Brasil, fevereiro de 2019	78
Figura 20 – Vogue Brasil, fevereiro de 2019	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DSD	Domínio Semântico de Determinação
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Semântica
INPE	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
AS	Semântica do Acontecimento
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA: CONTEXTUALIZANDO A INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA	17
2.1 Interseccionalidade: pensando as opressões de raça e gênero na constituição de sentidos da mulher negra	23
3 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS NO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM	27
3.1 Relações Linguísticas E Procedimentos De Análise	30
3.2 Procedimentos Metodológicos	34
4 ANÁLISES	39
4.1 Livro Didático - Português Contemporâneo	39
<i>4.1.1 Análise – Livro Didático: tirinha “Lili Ex”</i>	<i>40</i>
<i>4.1.2 Análise – O navio negreiro.....</i>	<i>42</i>
<i>4.1.3 Análise – Pluralidade Cultural</i>	<i>44</i>
<i>4.1.4 Análise – Carta aberta aos brancos</i>	<i>46</i>
<i>4.1.5 Considerações acerca dos sentidos da expressão mulher negra no LD.....</i>	<i>47</i>
4.2 Os sentidos de mulher negra na Revistas Claudia.....	49
<i>4.2.1 Análise - O direito de não ser discriminada racialmente.....</i>	<i>49</i>
<i>4.2.2 Análise – A mulher negra e o Afroempreendedorismo.....</i>	<i>58</i>
4.3 Os sentidos de mulher negra na Revista Marie Claire.....	67
<i>4.3.1 Análise – Você é o seu trabalho?</i>	<i>67</i>
<i>4.3.2 Análise – Sempre fui a única negra da sala.....</i>	<i>71</i>
4.4 Os sentidos de mulher negra na Revista Vogue Brasil.....	74
<i>4.4.1 Análise – Poder para todos.....</i>	<i>74</i>
<i>4.4.2 Análise – Meu palco, minhas regras.....</i>	<i>77</i>
4.5 Considerações.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

A mulher atravessou séculos carregando em si um olhar que a impediu de ser pensada a partir de sua individualidade, mas sempre correlata à figura do homem. Foi então, a partir da Revolução Industrial na Europa, quando as mulheres brancas saem de suas casas para trabalhar fora, que elas puderam identificar as opressões comum a todas, situando socialmente a condição da mulher e as prisões sociais as quais eram colocadas em detrimento da sua classe social, raça, religião e orientação sexual. Desse momento em diante, a necessidade de luta das mulheres também significou compreender a complexa estrutura de opressões que as acometiam de modo geral.

A mulher precisou buscar o seu lugar. Assim, diversas lutas foram travadas para que pudessem ter direitos básicos como educação, voto, trabalho, divórcio, além do direito de serem respeitadas com igualdade perante os homens. No entanto, a diferença entre gêneros que, durante muito tempo, serviu de justificativa para marginalizar os abusos sofridos especificamente pelas mulheres, também expôs uma contradição ao modo que essa mesma lógica também foi percebida quando as diferenças entre as próprias mulheres não eram consideradas.

Nessa direção, pode-se compreender que a absolutização da categoria mulher cria invisibilidades que acabam por apagar as diferenças existentes dentro do próprio gênero, considerando raça, classe, orientação sexual, etc. como marcadores identitários que configuram diferentes opressões experienciadas pelas mulheres para além do sexismo, e que não podem ser negligenciadas. Essa problemática pautou nas últimas décadas do século XX inúmeras conferências mundiais, a exemplo da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres² (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*, CEDAW) partindo do propósito de que os seus direitos fossem revisados e ampliados, visto que a formulação inicial desses direitos firmava-se nas experiências dos homens, atribuindo a partir daí detalhamentos importantes ao princípio de igualdade de gênero.

Dentre as diferenças identificadas no interior do gênero feminino, teóricas feministas como Kimberlé Crenshaw (2004), Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2019) e bell

² Cedaw, 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf Out. de 2019.

hooks³ (2019), entre tantas outras, apontam a raça como o marcador identitário que mais afasta as mulheres entre si, considerando que mulheres negras experienciam opressões específicas relacionadas à discriminação racial. Neste caso, percebe-se um lugar de exclusão, onde há um silenciamento do discurso da mulher negra, visto que as suas questões são marginalizadas pelas vias do sexismo, bem como pela ideologia da branquitude que impõe o racismo.

O cruzamento dessas duas categorias - gênero e raça - nos propõe pensar que a mulher negra, embora presente nos dois movimentos, ocupa uma posição à margem no pleito pela sua constituição como sujeito político que permite, ao mesmo tempo em que encontra-se como pertencente, estar também invisível em ambos os grupos, onde se sobressai a branquitude, no primeiro, e a masculinidade, no segundo. As consequências dessa invisibilidade pela intersecção dos marcadores de sua identidade social condicionam e, por vezes, limitam suas ações, seu poder, e sua posição na sociedade.

Atualmente, essa perspectiva também se confirma em dados do Conselho Nacional de Justiça⁴ que mostram que o Brasil é o quinto país em que mais se mata mulheres, cuja taxa de assassinato de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, em comparação aos casos de homicídios com mulheres brancas. Ainda assim, o código penal brasileiro não dispõe de cláusulas específicas que tratem sobre a mulher negra. A Lei do Feminicídio (Lei nº13.104/15)⁵ e a Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº7.716/89)⁶ tratam ambas as opressões de forma geral, como se as discriminações de raça e de gênero se aplicassem apenas a grupos de pessoas diferentes, desconsiderando a intersecção desses marcadores.

Porém, a construção da identidade social da mulher negra não se dá por acaso ou aleatoriamente. O pensamento que embasa essa representação está intrinsecamente ligado à forma como nos relacionamos com os sujeitos e com a sociedade através da linguagem, visto que somos tomados pela língua e a fazemos significar a partir de uma memória de sentidos. Nota-se, nesse caso, que a mulher negra no Brasil ainda significa a partir de um padrão

³ Pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins. Segundo a autora, é grafado em letras minúsculas a fim de deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

⁴ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81764-cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-feminicidio> Acesso em: 22/07/2019 às 19:41.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em: 22/07/2019 às 19:18.

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm Acesso em: 22/07/2019 às 19:36.

hegemônico baseado na escravidão, no racismo e na submissão que atravessam séculos e nos dias atuais continuam apontando-a como ocupante de um lugar social periférico.

Assim, temos como questão principal norteadora desta pesquisa: como os sentidos de mulher negra se constituem diante da intersecção entre raça e gênero? A qual se desdobra em mais duas perguntas: como a temporalidade⁷ configura historicamente estes sentidos? E como o funcionamento do político organiza esses sentidos? Buscando caminhos para responder essas questões, partimos da hipótese de que há um duplo lugar para a circulação de sentidos da mulher negra, enquanto raça e gênero, ocupando uma dupla discriminação.

A partir dessa hipótese, definimos como objetivo geral do trabalho compreender como os sentidos de mulher negra e o funcionamento do político⁸ são constituídos nos textos analisados, estabelecendo, assim, como objetivos específicos observar o funcionamento do político na constituição dos sentidos de mulher negra em revistas e livros didáticos e entender a relação entre gênero e raça constituintes nos sentidos de mulher negra nessas materialidades.

Pensando a partir da Semântica, processo de significação onde os sentidos são apreendidos, buscamos considerar os principais meios que promovem a circulação destes na sociedade, fazendo com que memoráveis⁹ sejam postos em funcionamento na língua. Deste modo, a escola, enquanto espaço político de enunciação, tem um importante papel na constituição do repertório enunciativo dos cidadãos e, conseqüentemente, na propagação de representações sociais instauradas na temporalidade da linguagem. Desse modo, o livro didático, material utilizado pelo professor e pelo aluno no processo de ensino-aprendizagem, constitui um importante instrumento de circulação desses sentidos de modo que faz parte da formação crítica dos indivíduos.

Assim, optamos por investigar os sentidos de mulher negra no livro didático “Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso” (2017) de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien, o qual destina-se ao ensino da Língua Portuguesa em turmas da 2ª série do Ensino Médio. A escolha dessa materialidade em questão, considerando dados do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), se deve ao fato deste livro estar

⁷ A temporalidade é “um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

⁸ O político é “[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

⁹ Guimarães (2018, p. 41) atribui o conceito de memorável “ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento”.

dentre um dos exemplares de maior circulação nas escolas do Brasil - mais de 1 milhão no ano de sua publicação¹⁰. Além disso, esta pesquisa também integra os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Semântica (GEPES), o qual busca compreender a constituição de sentidos na/sobre a educação, desenvolvendo trabalhos que mobilizam sentidos de expressões relacionadas à educação, tais como professor, educação, alfabetização, escola, etc. Dessa forma, objetivamos, a partir do Espaço de Enunciação escolar, compreender como se constituem os sentidos que possam nortear os modos de fazer educação praticado em nosso país e, conseqüentemente, a formação dos cidadãos.

Assim como o Livro Didático, a mídia também se configura como um dos meios responsáveis por disseminar e estabelecer determinados sentidos na sociedade, de modo que formam opiniões, geram conceitos e condicionam atitudes. Com isso, pensou-se a relevância de analisar como são constituídos os sentidos de mulher negra nos veículos que tratam diretamente da mulher de modo geral, elencando assim um corpus composto por três revistas femininas de maior circulação no Brasil. A ¹¹primeira, *Revista Cláudia*, é a revista feminina mais antiga do país com circulação até os dias atuais, líder em seu segmento¹². A segunda, *Marie Claire*, é a maior revista estrangeira com maior circulação entre as brasileiras, cerca de 391.000 leitoras¹³. E a terceira revista escolhida foi a *Vogue Brasil*, situada entre as cinco mais relevantes do mundo¹⁴.

Para o desenvolvimento da pesquisa, percorremos um caminho metodológico a partir de uma abordagem qualitativa, preocupando-nos não com a quantidade de materialidades analisadas, mas com a profundidade discursiva a qual cada análise poderá proporcionar. Objetivamos, assim, explorar cada texto a que nos propomos analisar, interpretando-os e buscando compreender seu funcionamento.

Após definirmos as bases da pesquisa, foi necessário nos aprofundarmos na teoria que embasa este estudo, a Semântica do Acontecimento (SA), compreendendo seus preceitos e

¹⁰ Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/4864/entenda-o-pnld-e-saiba-quais-sao-os-livros-didaticos-mais-distribuidos-em-2017> Acesso em: 22/07/2019.

¹¹ Outros trabalhos relacionados às revistas femininas são desenvolvidos pelo Laboratório de Pesquisa em Linguística de Corpus (Lapeline), a exemplo também da tese da Prof. Dra. Maria da Conceição Foncesca Silva: FONCESCA-SILVA. M. C. Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

¹² Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/claudia> Acesso em: 14/08/2019 às 18:27.

¹³ Disponível em: http://editora.globo.com/midiakit/marieclaire/arquivos/MidiaKit_MarieClaire.pdf Acesso em: 14/08/2019 às 18:29.

¹⁴ Disponível em: https://irp-cdn.multiscreensite.com/43f3dabf/files/uploaded/VG_MIDIKIT_2019.pdf Acesso em: 14/08/2019 às 18:43.

os procedimentos fundamentais para o desenvolvimento das análises. A SA, proposta pelo pesquisador Eduardo Guimarães, trata a linguagem como não-transparente numa relação da língua com a própria língua, enquanto algo que é tomado pela temporalidade do acontecimento. Segundo Guimarães (2002), o acontecimento da linguagem não está em um fato específico no tempo nem na centralidade do sujeito, mas se caracteriza por um recorte do passado enquanto memorável que condiciona uma latência de futuro e passa a significar na língua por meio de sentidos diversos.

Partindo dessa investigação acerca da constituição dos sentidos, o centro de nosso interesse está no estudo da *designação* do termo mulher negra. Este conceito aponta para a significação das palavras, a partir de suas relações de linguagem, enquanto tomada pela história e exposta ao real, ao simbólico da língua. Para nós, o que deve interessar é como determinadas palavras constituem sentido ao falarmos delas. Para compreender esse processo, faremos uso dos procedimentos de análise da reescrituração e articulação, bem como do Domínio Semântico de Determinação (DSD), os quais serão apresentados mais à frente, na terceira seção.

Concomitante ao estudo e revisão constantes do aporte teórico, a pesquisa pode avançar a partir da escrita da dissertação, a qual dividimos em três seções, além das considerações iniciais. Dando seguimento à Introdução, a primeira seção, **“A constituição de sentidos da mulher negra na história: contextualizando a intersecção entre gênero e raça”**, como uma forma de apresentar o objeto da pesquisa, traz uma breve contextualização histórica. Assim, pensamos que para se compreender a constituição de sentidos da mulher negra, é preciso considerar a memória a partir de um percurso que nos apresente a construção histórica de suas representações, a fim de entender as condições sociais que a determinam enquanto sujeito no mundo. Para tanto, elaboramos uma narrativa envolvendo a história nos dois aspectos que aqui nos interessa: o primeiro, partindo da luta das mulheres, sejam elas brancas ou negras, contra o sexismo, e o segundo, a partir do legado da escravidão, pensar o lugar da discriminação de raça e do movimento antirracista.

Na Seção II, **“Semântica do Acontecimento: a constituição de sentidos no acontecimento de linguagem”**, apresentaremos a fundamentação teórica para a compreensão dos sentidos. Desse modo, apresentamos os conceitos de *temporalidade*, *designação*, *político*, *espaço de enunciação*, *cena enunciativa*; a fim de descrevermos as especificidades do acontecimento enunciativo, determinantes no processo de significação. Posteriormente, visto que os enunciados significam porque estabelecem relações entre os elementos linguísticos que os constituem, buscamos descrever e analisar tais relações, a partir

do funcionamento semântico da designação do termo mulher negra e dos procedimentos de análise da reescrituração, articulação, paráfrase e do domínio semântico de determinação. Por fim, apresentaremos os pressupostos metodológicos que trilhamos para a constituição do *corpus* e desenvolvimento das análises.

Na Seção III, apresentaremos a análise e a discussão sobre os sentidos de mulher negra encontrados nas materialidades linguísticas elencadas para pesquisa. Com isso, inicialmente traremos as análises do Livro Didático e, posteriormente, das revistas Cláudia, Marie Claire e Vogue. Em seguida, faremos a comparação das análises para observar os sentidos de mulher negra em diferentes espaços de enunciação.

Por fim, na Seção IV poderemos refletir sobre os resultados da pesquisa, os quais pautam nossas **Considerações Finais**. Nesse momento, a partir das análises descritas na seção anterior, buscaremos discutir o tema estudado, considerando as relações que encontramos entre o objeto de pesquisa e suas determinações semânticas, bem como pensar possibilidades de continuar trilhando esse percurso de investigação.

2 A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA: CONTEXTUALIZANDO A INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA

O século XIX marca na história da humanidade o início de uma nova configuração nos moldes da sociedade. Até então, a renda estava centrada na economia do lar e na agricultura familiar, nas quais o trabalho do homem e da mulher podiam ser equiparados dentro do sistema de produção rural predominante nessa época. Nesse período, o homem trabalhava na lavoura, onde também contava com a ajuda de sua companheira e filhos, ao modo que as mulheres, além de cozinhar, também eram manufactureiras e produziam roupas, sabão, vela, utensílios domésticos, tecidos e tudo mais que pudesse suprir as necessidades da casa. Tanto quanto os homens, as mulheres eram trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica e podiam ser respeitadas pelo trabalho que desenvolviam. Parecia que o lugar da mulher era mesmo dentro de casa. Mas foi a partir da Revolução Industrial que tudo mudou (DAVIS, 2016).

Por volta dos anos 1830, a industrialização da economia, além de modernizar os padrões de produção, também transferiu boa parte do trabalho manufaturado desenvolvido pelas mulheres para o sistema fabril, reduzindo, além das atividades domésticas, o seu reconhecimento. Nesse processo, mesmo deixando para trás as velhas atividades que desempenhavam, a mulher branca também perde a igualdade econômica de que compartilhava junto ao companheiro enquanto manufactureira para tornar-se apenas um apêndice do marido e dos filhos, destinada a servi-los integralmente. Concomitante a essas mudanças, como descreve Angela Davis (2016), a imprensa da época, bem como a literatura popular, eram responsáveis por disseminar a figura da mulher associada à imagem de mãe, talhada a cuidar de todos, sujeito apenas no seio do lar, mas jamais no espaço político, e marcada pela imagem da inferioridade. O intuito de consolidar essa representação nada mais era do que os esforços para que as mulheres brancas não deixassem as suas casas para alcançar lugares distintos.

Nesse contexto, as mulheres brancas de classe média passaram a denunciar e demonstrar constante insatisfação com a opressão a qual a vida doméstica e o casamento lhes ofereciam. Por outro lado, as mulheres de classes menos favorecidas tiveram que buscar seu sustento como operárias no sistema fabril. Estas mulheres eram submetidas a intensas jornadas, péssimas condições de trabalho e baixos salários, ao modo que ainda precisavam conciliar o serviço prestado nas fábricas com o trabalho doméstico. Tanto donas de casa quanto trabalhadoras descreviam que as opressões sofridas eram análogas aos moldes da

escavidão. A percepção de que a organização sexista e a dominação masculina sistematicamente negava a todas as mulheres direitos nos planos político, jurídico, trabalhista e civil impulsionaram as mulheres brancas a lutarem por direitos iguais ou semelhantes aos dos homens brancos, sobretudo, pela educação e por uma carreira fora de casa.

Foi também no início do século XIX, paralelo à consternação das mulheres brancas, que a população negra, vinda dos países africanos para servirem de mão de obra escrava em países da América e Europa, apresentava sinais de resistência e insatisfação com o destino de opressões do sistema escravista. Durante longos anos, definidos como propriedade, os negros retirados das suas terras nativas e trazidos em condições subumanas para exercerem trabalhos opressores foram condenados à subordinação da dominação dos colonizadores brancos, sob a ameaça de sofrerem açoites e torturas, muitas vezes, até a morte. No entanto, existia uma diferença entre as experiências vivenciadas pela escravidão que marcava o caráter da opressão de gênero, além da predominante discriminação racial. Segundo bell hooks (2020):

A área que com mais clareza revela a diferença entre status do homem escravizado e da mulher escravizada é o trabalho. O homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo; a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para o assédio sexual perpetrado pelo homem branco (HOOKS, 2020, p. 47).

Autoras feministas negras, ao relatarem a experiência da mulher negra escravizada, enfatizam a “masculinização” da imagem dessas mulheres, na qual eram constantemente obrigadas a assumir o papel “masculino” da força de suas atividades. Segundo Angela Davis (2016, p. 17), “já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas podiam ser desprovidas de gênero”. Nessa perspectiva, em um momento em que a industrialização propagava a feminilidade da mulher branca, dona de casa e mãe, a mulher negra escravizada, contrariamente a esta ideologia, dificilmente podia ser reconhecida como mulher, ao passo que homens e mulheres negros, pais e mães, filhos e filhas eram submetidos da mesma forma à supremacia branca de seus feitores, sem distinção de gênero.

De acordo com o que descreve bell hooks (2020), as escravas que trabalhavam no campo muitas vezes costumavam trabalhar em jornadas maiores que os homens escravizados, esperando-se que trabalhassem tão bem quanto os homens ou ainda melhor, ao modo que, se não correspondessem à demanda de serviço, sofriam severas punições. Já as mulheres

escravizadas que exerciam o trabalho doméstico, embora não sofressem as situações específicas das opressões características do trabalho pesado no campo, vivenciavam as crueldades de servir à família branca. Elas eram responsáveis por cozinhar, lavar, cuidar dos filhos dos senhores, limpar, costurar e suprir todas as necessidades dos seus proprietários, além de estarem propensas às constantes humilhações e castigos. As mulheres escravizadas sentiram o impacto da dominação sexista e racista em suas vidas, não apenas pela opressão do trabalho servil, mas também pela vulnerabilidade sexual a qual estavam expostas, quando somente nesse momento eram vistas pelo aspecto de gênero, bem como descreve Davis (2016, p. 20):

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras.

Ao terem consciência da natureza opressiva a qual o povo negro estava submetido, especialmente as mulheres negras, o movimento de mulheres que emergia nesse período sentiu-se atraído a incluírem em sua luta a defesa pela liberdade dos escravos pelo movimento abolicionista. Para as mulheres que apoiaram a abolição da escravatura no Estados Unidos, por exemplo, era fundamentalmente preciso que a população negra estivesse liberta para que elas também pudessem ter os seus direitos (DAVIS, 2016).

De modo geral, a abolição da escravatura em diversos países do mundo foi consequentemente impulsionada pelos ideais da Revolução Francesa que percorreram a Europa no Século XVIII e, posteriormente, tomando proporções maiores, também influenciou territórios colonizados a buscarem sua emancipação. Nesse cenário, é importante ressaltar que o Brasil foi o último país da América a ratificar a extinção do trabalho escravo – somente em 1888, em comparação a países como Estados Unidos que aboliu a escravidão em 1865. Porém, diferentemente dos estadunidenses que conquistaram a abolição da escravatura através de uma guerra política entre os estados do norte e do sul, os brasileiros alcançaram o fim da escravidão por meio da luta popular, como resultado da revolta e fuga de escravos, bem como da participação de diversos setores da sociedade, incluindo as mulheres.

A participação das mulheres no processo abolicionista, “continha a promessa de uma poderosa e frutífera aliança – unindo a população negra e as mulheres na concretização de

um sonho comum de liberdade” (DAVIS, 2016, p. 56). Mas também não bastava estarem libertos. Era preciso que fossem reconhecidos como sujeitos políticos, capazes de agir e decidir pelos seus direitos, e isso só seria possível a partir da manifestação democrática. Nesse sentido, a conquista do voto parecia ser um fator decisivo para a conquista da equidade de direitos com os homens brancos. Nos Estados Unidos, a fim de agregar forças, foi criada a Associação pela Igualdade dos Direitos, integrando a luta pelo sufrágio feminino ao sufrágio negro. Esses esforços, no entanto, não puderam ir tão longe pelos direitos de todos. O sufrágio negro era apenas dos homens negros, enquanto que as mulheres brancas que lutavam pelo sufrágio das mulheres, ao perceberem que os homens negros estavam mais próximos de conquistarem o voto, interpretaram que essa conquista tornariam os homens negros superiores a elas, assim como eram os homens brancos. Em meados de 1869, segundo bell hooks (2020), as mulheres brancas já davam sinais de que o apoio à população negra seria prejudicial aos seus objetivos políticos e retiraram sua solidariedade racial. Nesse cenário, a autora descreve que não havia espaço para as mulheres negras:

As mulheres negras foram colocadas entre a cruz e a espada; apoiar o sufrágio das mulheres significaria que elas estavam se aliando às mulheres brancas ativistas que revelaram publicamente seu racismo, mas apoiar apenas o sufrágio dos homens negros era endossar uma ordem social patriarcal que não daria a elas qualquer voz política (HOOKS, 2020, p. 21).

Um ano depois os homens negros conquistam o direito ao voto. Mas isso não significou que este grupo havia conquistado a igualdade social com os homens brancos. Pelo contrário. Os ex-escravos, recentemente libertados da opressão escravista, mesmo após conquistado o direito político do voto, passaram a enfrentar outros desafios. Homens e mulheres afro-americanos sofreram com as consequências da falta de oportunidades, da privação econômica e da constante situação de violência a qual essas pessoas estavam submetidas a partir da discriminação racial de gangues que aplicavam-lhes ações cruéis de coerção e terrorismo (DAVIS, 2016, p. 86).

Nesse momento, o movimento das mulheres também acaba perdendo a força radical presente no início do século XIX. Percebia-se um confronto de ideais entre pensadoras reformistas e pensadoras revolucionárias, o qual enquanto o primeiro grupo defendia o feminismo apenas a partir da luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho, o segundo buscava expandir a luta para questionar o sistema de opressão sexista e dar às mulheres os direitos que lhes eram negados. bell hooks (2019, p. 21) conta que a mídia de massa patriarcal aproveitou-se desse embate para disseminar as ideias que lhe beneficiavam,

onde não lhe interessava dar atenção às propostas revolucionárias das feministas: “a noção de ‘liberdade da mulher’ que pegou – e ainda está no imaginário do público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham”.

No entremeio de tempos entre os séculos XIX e XX, a eclosão da primeira e segunda Guerra Mundial modificaram mais uma vez o cenário das lutas das mulheres brancas e da população negra em prol de seus direitos. Segundo hooks (2020, p. 22), “a guerra havia roubado do movimento o fervor do início”, em que os esforços de ambos os grupos desaceleraram em decorrência do espaço de conflito ideológico em que dividia o mundo em fascismo, nazismo e comunismo.

Foi apenas no mundo pós-guerra, por volta dos anos 1950, que esses discursos voltam a eclodir. A partir daí, lutas identitárias emergiram cada vez mais prementes – lutas pelos direitos civis dos negros e ascensão, de um modo geral, do Movimento Negro, uma “nova onda” de Movimentos Feministas, entre outros grupos há muito segregados. Essas discussões não cessaram de se renovar nas décadas posteriores através dos discursos e mais do que nunca, política e ideologicamente, elas se fizeram presentes.

Um marco dessa nova era consistiu na formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948. Segundo a Organização das Nações Unidas¹⁵, o documento, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, foi elaborado por representantes políticos de diferentes origens culturais com o intuito de promover uma norma geral a ser seguida por todos os povos e nações, estabelecendo a proteção universal dos direitos humanos, excluindo a distinção entre gêneros e garantindo a não-discriminação de raça.

No entanto, na formulação inicial da DUDH percebeu-se um padrão que resistiu no decorrer da história e, embora a luta pelos direitos civis tivesse dado um grande passo, as mulheres ainda precisariam persistir pelo reconhecimento de suas individualidades. Nesse sentido, a lógica percebida foi a de que os direitos formulados para as mulheres foram pensados em comparação às experiências dos homens, como aponta Kimberlé Crenshaw:

Assim, quando mulheres eram detidas, torturadas, ou lhes eram negados outros direitos civis e políticos, de forma semelhante como acontecia com os homens, tais abusos eram obviamente percebidos como violações dos direitos humanos. Porém, quando mulheres, sob custódia, eram estupradas,

¹⁵ Informações disponíveis no site da Organização das Nações Unidas no Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 28 de Set. de 2020.

espancadas, no âmbito doméstico ou quando alguma tradição lhes negava acesso à tomada de decisões, suas diferenças em relação aos homens tornavam tais abusos ‘periféricos’ em se tratando das garantias básicas dos direitos humanos (CRENSHAW, 2002, p. 172).

A formulação inicial desses direitos correspondia a representação da mulher como universal, como um ser uno, desconsiderando também as experiências determinadas pelos diferentes marcadores de identidade social, como a raça, a classe, a religião, a orientação sexual, etc. Quando essas diferenças não são consideradas há uma impossibilidade de atribuir um olhar interseccional acerca das diversas opressões vivenciadas no interior do gênero feminino. Para superar tais desafios, foi preciso incluir essa problemática em conferências e fóruns mundiais, a exemplo da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres¹⁶ - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women - (CEDAW), em 1979, a fim de ampliar as discussões relativas à igualdade de gênero e explicitar as desigualdades que atingem mulheres de todo mundo.

Nesse contexto, ao destacar que raça é a diferença mais óbvia entre as mulheres, bell hooks (2019, p. 91) chama atenção para pensarmos o racismo dentro do próprio movimento de mulheres. Para a autora, havia um apagamento ou negação por parte das mulheres brancas para integrarem raça ao movimento feminista, visto que encaravam gênero e raça como duas questões separadas:

Ironicamente, enquanto o movimento recente de mulheres chamava atenção para o fato de que mulheres negras eram duplamente vitimadas pela opressão racista e sexista, feministas brancas tinham tendência a romantizar a experiência da mulher negra, em vez de discutir o impacto negativo da opressão. Quando feministas reconhecem coletivamente que mulheres negras são vitimadas e, ao mesmo tempo, enfatizam a força delas, deixam implícito que, apesar de mulheres negras serem oprimidas, elas conseguem contornar o impacto prejudicial da opressão ao serem fortes - e isso simplesmente não é o caso (HOOKS, 2020, p. 25).

Essa mesma lógica também foi percebida quando as discussões estavam voltadas para o princípio da não-discriminação de raça, onde as mulheres negras viam seus direitos serem marginalizados pela sobreposição das diferenças entre os homens negros e mulheres negras, ao modo que os problemas de gênero, quando encarados pelo ângulo de raça, eram

¹⁶ Cedaw, 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf Out. de 2019.

invisibilizados. Nessa perspectiva, em que se caracteriza o espaço entre gênero e raça que acabamos de descrever se constitui uma problemática a qual "por causa de sua identidade interseccional como mulheres e não-brancas dentro de discursos que são moldados para responder a um ou outro, mulheres não-brancas são marginalizadas dentro de ambos" (CRENSHAW, 1991 p. 2)¹⁷.

2.1 Interseccionalidade: pensando as opressões de raça e gênero na constituição de sentidos da mulher negra

A fim de se compreender como diferentes opressões afetam a vida de mulheres negras, em 1989, a feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw inaugura o termo *interseccionalidade*. Também descrita como discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação, Crenshaw (2002b, p. 177) explica:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata a forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Para melhor ilustrar o funcionamento da interseccionalidade, Crenshaw (2002a, 2002b) utiliza uma metáfora dos eixos de discriminação como avenidas que atravessam outras e formam cruzamentos. Nessa abordagem, as avenidas são uma analogia aos eixos de poder identificados pelos marcadores de raça, classe, gênero, etnia, etc.; e o tráfego de carros é pensado como a discriminação ativa que corre por tais eixos, enquanto que os cruzamentos entre avenidas representam as colisões dos eixos de poder e formas de discriminação em que, ao modo que colidem, impactam no desempoderamento estrutural dos terrenos sociais, políticos e econômicos dos indivíduos.

A interseccionalidade, portanto, viabiliza maneiras de se pensar, não como as discriminações agem de forma isolada, mas como elas interagem e, consequentemente,

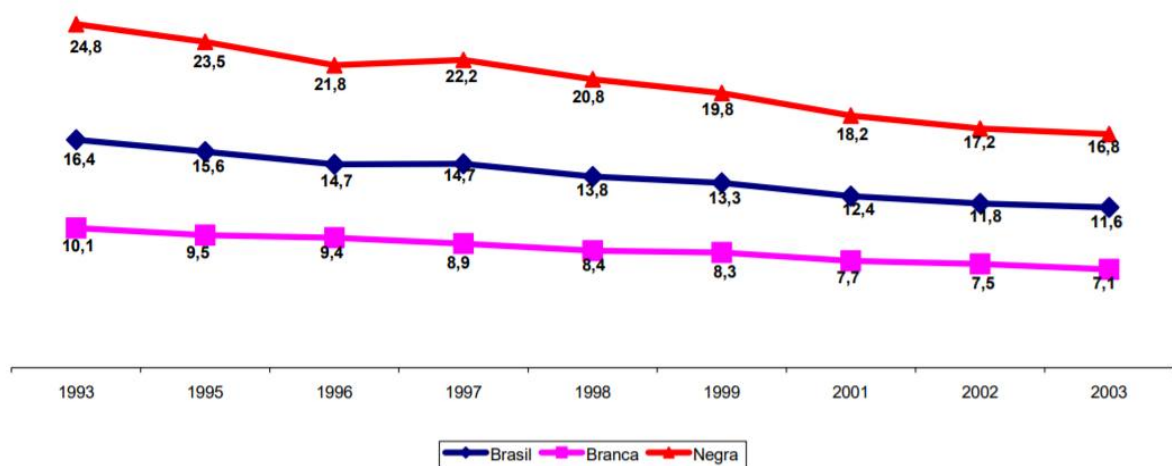
¹⁷ Tradução de Carol Correia. Disponível em <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf> Em 29/10/2019.

resultam em outras formas de opressão. Pensando nisso, Crenshaw (2002a) destaca a importância em se perceber que não lidamos com grupos especificamente diferentes mas grupos com pessoas que possuem identidades sobrepostas. O seu objetivo precípua, nesse caso, é “identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (CRENSHAW, 2002a, p. 8).

Karla Akotirene (2019, p. 48) reforça a utilização do termo como um instrumento teórico metodológico para se analisar de forma mais sensível as experiências e reivindicações de mulheres negras, antes marginalizadas, não só pelo feminismo branco como pelo movimento negro. E assim como Crenshaw, Akotirene também destaca as consequências de opressões interseccionadas. Conforme a autora, “uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar submetidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões” (2019, p. 46).

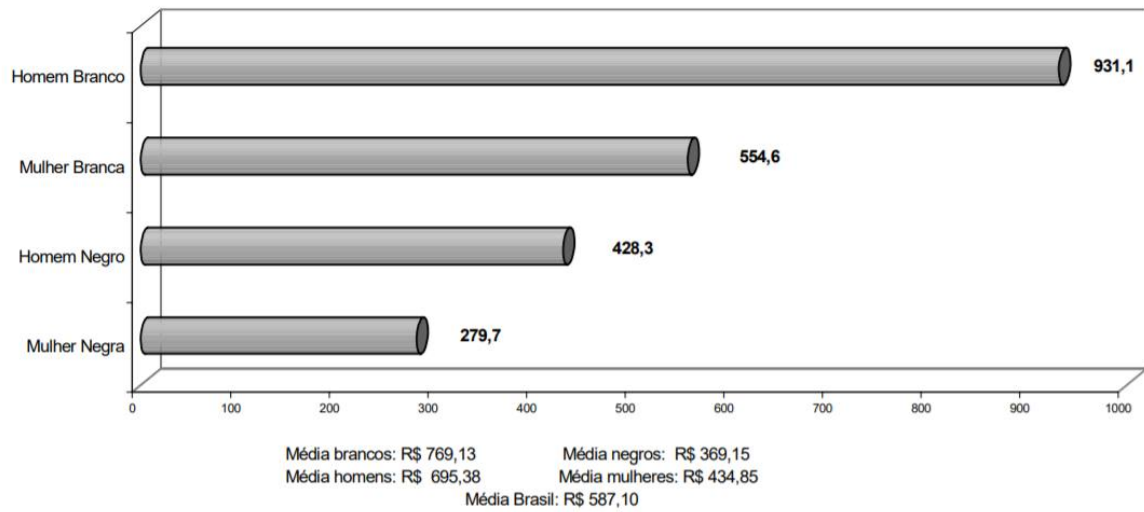
Na prática essa lógica se confirma na posição social que a mulher assume atualmente na sociedade. Em dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (INPE), em um estudo realizado junto ao Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), abordando o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil, podemos observar que as mulheres negras têm acesso restrito à educação e possuem menos oportunidades de crescimento no mercado de trabalho. Nos gráficos apresentados a seguir podemos confirmar tal situação.

Figura 1 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por raça/cor.



Fonte: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Figura 2 - Gráfico do Rendimento mensal médio do trabalho, segundo raça/cor e sexo.



Fonte: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A negação de direitos ou oportunidades que afetam mulheres negras não se apresenta apenas nos âmbitos sociais da desigualdade, esse apagamento também se reflete na perpetuação de um discurso excludente. Nesse sentido, podemos observar até os dias de hoje que há uma ausência da representação das mulheres negras na esfera política e até mesmo na mídia, em que durante muito tempo priorizou a imagem de mulheres brancas, permitindo que o imaginário social permanecesse pensando sob um olhar hegemônico e racista. Sobre essa questão, bell hooks (2019, p. 89) afirma que o apagamento da mulher negra acaba por destacar o status de privilégio o qual a branquitude se enquadra, relatando:

Todas as mulheres desta nação sabem que o seu status é diferente do de mulheres negras/não brancas. Elas sabem isso desde o tempo em que eram garotas assistindo à televisão e vendo somente imagens delas, e folheando revistas e vendo somente imagens delas. Elas sabem que a única razão para mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas.

A filósofa e feminista negra, Djamila Ribeiro (2018, p. 9), relata a sua infância afirmando que por mais que tirasse boas notas, fosse saudável e inteligente, uma sensação de inadequação a perseguia. Além da falta de representação da mulher negra, a perpetuação de estereótipos e discursos preconceituosos também são fatores resultantes de uma política de exclusão. Em sua fala, Ribeiro (2018, p. 8) relata momentos que confirmam essa sensação:

Mas todo dia eu tinha que ouvir piadas envolvendo meu cabelo e a cor da minha pele. Lembro que nas aulas de história sentia a orelha queimar com aquela narrativa que reduzia os negros à escravidão, como se não tivesse um passado na África, como se não houvesse existido resistência. Quando aparecia uma figura de uma mulher escravizada na cartilha ou no livro, sabia que viriam comentários como “olha a mãe de Djamila aí”. Eu odiava essas aulas ou qualquer menção ao passado escravocrata - me encolhia na carteira tentando me esconder.

Em conformidade com o que acabamos de discutir e a partir do breve percurso histórico que descrevemos aqui, podemos perceber que a séculos atrás a mulher negra tem a sua voz silenciada pelos mecanismos do sexismo e do racismo. Ambas as opressões tornam invisíveis não somente a necessidade de se repensar as diferenças entre as próprias mulheres, mas também silencia discursos e nega direitos e, desse modo, quando combinadas, as discriminações de gênero e raça, desempoderam as ações das mulheres negras na sociedade. Uma forma de contornarmos esse sistema de subordinação é problematizarmos os meios que propagam e consolidam tais sentidos no imaginário popular, impedindo que o senso comum continue a perpetuar essa realidade.

3 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS NO ACONTECIMENTO DE LINGUAGEM

Na segunda seção apresentamos os pressupostos teóricos da Semântica do Acontecimento (SA), fundamentais para compreendermos a constituição histórica dos sentidos nas questões relacionadas à mulher negra. Essa construção teórica embasará as análises nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

A SA, teoria proposta pelo professor da Unicamp Eduardo Guimarães (1995, 2002, 2007, 2009, 2018) e sua equipe de pesquisa, nos propõe olhar a enunciação enquanto fenômeno linguístico, numa relação da língua com o sujeito, tomando o processo de significação justamente a partir do que Ferdinand Saussure (uma das principais referências no desenvolvimento da Linguística) delimitou como exterior à língua. Para isso, é preciso pensar a linguagem como não-transparente, ou seja, pensando-a enquanto algo que é sempre tomado pela sua materialidade histórica e afetado pelas condições sociais que a constituem, apresentando sentidos que não são fixos.

A SA filia-se essencialmente ao campo dos estudos enunciativos, considerando a enunciação a partir dos pressupostos teóricos de Bréal, Benveniste e Ducrot. No entanto, diferente do que propõe a tradição francesa às semânticas enunciativas, Guimarães (1995) também institui um diálogo com a Análise de Discurso francesa, o qual desloca o centro das suas investigações para pensar a enunciação enquanto um acontecimento de linguagem, tomando a história e o político como determinantes desse funcionamento.

O acontecimento da linguagem não pode ser considerado como um conceito empírico, enquadrando-se como um fato no tempo ou um evento cronológico. O que define o acontecimento como específico é que ele institui sua própria temporalidade, significando além do que está apresentado no exato momento em que se enuncia, mas carregando em si um passado, um presente e um futuro de enunciações. Ou seja, para Guimarães (2002, 2018) o acontecimento possui um passado, caracterizado pelo recorte de enunciações já ditas, as quais também chamamos de memorável; um presente, a relação de dada enunciação com a materialidade a qual se integra; e um futuro, onde abre-se possibilidades de interpretações e projetam-se diferentes sentidos, nomeado também de futuridade.

Para pensar a concepção da significação, a SA estabelece um diálogo com a área da Análise do Discurso e, para isso, busca as considerações de Orlandi (2005) para mobilizar conceitos como discurso e interdiscurso. Guimarães (2002, p. 14) recorre ao conceito de interdiscurso para pensar a enunciação enquanto uma memória de sentidos determinante no

funcionamento da língua no acontecimento e para o agenciamento do falante a partir da posição de sujeito. Nessa perspectiva, Orlandi (2005, p. 30) caracteriza o discurso como uma prática da linguagem, aquilo que coloca a palavra em movimento, e produz “efeito de sentidos entre locutores”. Logo, para fazer sentido, é preciso que esse discurso se relacione com outros discursos, onde só é possível dizer algo porque este algo já foi dito e esquecido, significado pela história e pela língua, e determina o enunciável. A esta memória de sentidos, proveniente da relação de discursos, é chamada interdiscurso.

Segundo Orlandi (2005, p.31), o interdiscurso

é definido como aquele que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

Deste modo, o tempo aqui não é o tempo do locutor, daquele que enuncia. A partir do interdiscurso, enquanto memória do dizer, a enunciação carrega em si a marca de diferentes discursos, que se cruzam e instauram no acontecimento enunciativo uma própria temporalidade. Não se trata do tempo cronológico, mas o que particulariza o acontecimento é que este só pode significar porque recorta rememoração de enunciações, ao mesmo tempo que projeta sentidos em sua futuridade. “É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2002a, p.12).

Além da temporalidade, Guimarães (2002a) aponta outro elemento como fundamental na constituição do acontecimento enunciativo: o político. Considerando que a materialidade histórica do real determina as relações sociais e afeta diretamente a linguagem, o político está intrínseco a este processo, visto que o homem fala e está o tempo todo a assumir uma posição, ao modo que toma o lugar de sujeito. Deste ponto de vista, o conceito de político é caracterizado por esta disputa dos que assumem a palavra, dentro e fora de uma normatividade, onde é caracterizado pela “afirmação de igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos” (2002a, p.17).

O político, enquanto esta “contradição que instala o conflito no centro do dizer” (GUIMARÃES, 2002a, p.17), caracteriza o acontecimento da linguagem porque se dá nos

espaços de funcionamento da língua. Estes espaços, diferente do espaço físico ou empírico, trata-se dos espaços de enunciação, onde desenvolve-se a relação da língua entre os falantes e organizam-se a disputa pela palavra. Segundo Guimarães (2002a), é no espaço de enunciação que “a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos” (2002a, p.18). É nesse processo que esses espaços são constantemente moldados, sendo transformados a todo momento por seus falantes ao modo que estes constituem seu direito de fala. Segundo Guimarães (2018, p. 24) o falante é

Um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no espaço de enunciação. Ou seja, as línguas do espaço de enunciação se relacionam umas com as outras na medida em que constituem seus falantes. E esta constituição dos falantes se faz pelo modo como as línguas determinam os falantes, agenciam os falantes como seus de algum modo.

As divisões do espaço de enunciação constituem lugares enunciativos onde o agenciamento da enunciação se dá por configurações específicas, as quais possibilita o acesso à palavra para delimitar aquele que fala e aquele para quem se fala. Ou seja, os diferentes modos de enunciar dispostos numa dada cena enunciativa configuram uma deontologia específica na qual só se é possível dizer o que se diz porque ocupa-se um lugar social específico. Desta forma, Guimarães (2009, p. 50) afirma que não é o Locutor que escolhe o que dizer, mas a partir do lugar social que ocupa, este sujeito é agenciado a dizer algo de determinado modo porque é afetado pelas formas linguísticas que se constitui sócio-historicamente.

Esta figura política, dividida pelos espaços de enunciação é denominada sujeito/falante, por outro lado, as figuras recortadas por uma cena enunciativa não são pessoas donas do dizer, mas configuram-se como lugares constituídos pelos dizeres. Assim, ao discutir sobre esta distribuição de lugares, Guimarães (2018) aponta primeiramente a constituição do Locutor enquanto a origem do dizer, como aquele que fala para um Locutário. Este Locutor assume a palavra a partir de um lugar social do dizer que configura uma outra figura da enunciação: o alocutor, apresentando-se como alocutor-x (propondo a substituição

do x pelo lugar social ocupante do Locutor). O alocutor fala para alguém que se constitui como seu correlado, o alocutário¹⁸.

No entanto, não há uma tomada de consciência por parte do Locutor que evidencie que ele fala de um lugar social. Esse apagamento, marcado pelo desconhecimento do Locutor, caracteriza um lugar de dizer de *enunciador*. Nesse caso, os enunciadores denominados *individual*, *genérico*, *universal* e *coletivo* indicam a inexistência de um lugar social. Deste modo, o *enunciador-individual* representa a individualidade do lugar de dizer como quando enuncia-se a partir do “eu”, numa enunciação que se dá como independente. O *enunciador-genérico* pode ser identificado quando enuncia-se a partir de um ditado popular, visto que o Locutor não é necessariamente a origem do dizer, mas reproduz o sentido expresso no ditado como aquilo que todos dizem. O *enunciador-universal* submete-se ao regime do verdadeiro ou falso porque enuncia tomando como referência o mundo, estabelecendo uma relação entre o que se diz com os fatos. Já o *enunciador-coletivo* marca a enunciação ocupando um lugar comum a um grupo específico, determinando a coletividade do dizer (GUIMARÃES, 2018).

Considerando a relação da linguagem com o que está fora dela, bem como a compreensão dos elementos decisivos para a constituição do acontecimento de linguagem, é preciso pensar o sentido enquanto constitutivo das relações de integração presentes no enunciado.

Além da relação das palavras e expressões com o que é exterior, há que se compreender a relação que as palavras estabelecem com outras palavras na constituição enunciativa. Nessa perspectiva, Guimarães (2002a) destaca que a integração entre os elementos presentes na enunciação apresenta uma relação não segmental visto a não linearidade do texto. Para empreender o modo de operar dessas relações é necessário que se compreenda que os sentidos, assim como a integração das palavras, então dispersos ao longo do texto.

3.1 Relações Linguísticas E Procedimentos De Análise

¹⁸ Anteriormente, Guimarães (2002) descreve a configuração da cena enunciativa considerando apenas a figura do Locutor e a constituição do lugar social do dizer ocupado pelo Locutor, nomeado até então de locutor-x. Em 2018, Guimarães apresenta uma nova configuração.

Segundo os pressupostos teóricos definidos por Guimarães (2018), os enunciados significam porque estabelecem relações entre os elementos linguísticos distribuídos no texto que os integram. Essas relações são próprias do acontecimento da enunciação e se fazem necessárias para a produção de sentido de uma determinada formação nominal. A esse modo particular de funcionamento semântico dos enunciados chamamos de *designação*, o qual configura o centro de nosso interesse nesta investigação.

A designação não é a significação de um nome meramente, constituída aleatoriamente. É preciso distinguir a designação de uma expressão daquilo a qual esta refere no mundo, visto que o que designa significa por sua relação no interior do enunciado considerado e deste com o texto o qual faz parte, e não um conceito fixo. Dessa forma, embora este conceito apareça normalmente como sinonímia das expressões *nomeação* e *referência*, é preciso entender o que as diferencia diante do acontecimento enunciativo. Segundo Guimarães (2002, p. 9), o ponto central que caracteriza os conceitos de nomeação e referência, em distinção à designação, é o fato do primeiro se apresentar como algo que recebe um nome, uma identificação; enquanto o segundo se constitui como a particularização de uma formação nominal que se dá na e pela enunciação.

Outra característica decisiva para a conceituação da designação no acontecimento enunciativo nos possibilita, além das suas relações linguísticas próprias da enunciação, pensá-la a partir da partilha que um nome estabelece com o real e o simbólico os quais a língua é exposta. Nessa medida, Guimarães (2018, p. 154) afirma que “a designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem.”

Como já pontuamos anteriormente, conforme Guimarães (2018), as expressões linguísticas significam porque estabelecem relações com os elementos do texto que integram. Dessa forma, segundo o autor (2009, p. 50), para pensar o funcionamento semântico dos enunciados precisamos observá-lo “de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que ele fala; e, do outro, por uma relação entre os elementos linguísticos.” Isso quer dizer que só podemos analisar o sentido de um dado enunciado considerando as suas relações. Assim, a partir do ponto de vista da SA, contamos com dois procedimentos enunciativos de análise fundamentais para produção de sentido: a reescritura e a articulação.

No funcionamento semântico da designação, a produção de sentido pelo acontecimento da enunciação pode ser observado buscando como determinado elemento

linguístico ou expressão se relaciona pela textualidade com outros elementos ou expressões, a partir da substituíbilidade. E é, nessa perspectiva, que a reescritura se caracteriza enquanto procedimento de análise (GUIMARÃES, 2002).

A reescritura é, nesta medida, o modo pelo qual podemos falar de algo ao redizê-lo na enunciação. Este funcionamento não acontece necessariamente a partir das relações segmentais de elementos contíguos no texto, pelo contrário, uma expressão apresentada em determinado enunciado pode ser retomada em outros momentos do texto a partir da repetição desta expressão ou substituindo-a por outra expressão, os quais, após constituir-se enquanto reescritura, podem ser interpretados através da projeção de sentidos diversos. Desse modo, segundo Guimarães (2018, p. 85):

Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Neste caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado.

Para compreendermos melhor essa questão, precisamos nos atentar às formas pelas quais a reescritura pode atribuir sentido aos elementos reescriturados. Dessa maneira, Guimarães (2018) as descreve a partir de cinco modos específicos de significação: *sinonímia*, *especificação*, *desenvolvimento*, *totalização* ou *globalização* e *definição*. Na *sinonímia* uma palavra ou expressão é reescriturada apresentando o mesmo sentido que o termo ao qual se conecta. Na *especificação* a reescrituração é responsável por determinar o sentido do termo ao qual reescritura. Já no *desenvolvimento*, a dada palavra em questão é reescriturada a partir de uma expansão de sentido por meio de uma outra expansão. Na *totalização* ou *globalização* acontece o inverso do desenvolvimento, nesse funcionamento a expressão reescriturada é resumida pelo termo que a reescritura. Por fim, na *definição* a expressão reescriturada tem seu sentido definido pela sua reescritura.

As maneiras pelas quais a reescrituração produz sentido, porém, são caracterizadas por modos específicos de relação entre o termo reescriturado e a sua reescritura. Assim, esse procedimento pode ser observado a partir de tais modos: 1) *repetição*, quando a expressão é repetida no ato da reescrituração; 2) *substituição*, quando a expressão é substituída por outro termo ao ser reescriturada; 3) *elipse*, quando há a supressão de termo ao ser reescriturado por outra expressão, de modo que a reescrituração se dá pela substituição anafórica; 4) *expansão*, quando um termo é ampliado por meio do desenvolvimento da sequência que o reescritura;

5) *condensação*, quando a reescritura resume ou gera uma generalização do termo reescriturado. (GUIMARÃES, 2018)

Outro procedimento característico das relações semânticas do acontecimento enunciativo é a articulação. Diferentemente da reescritura, esta ferramenta de análise observa o modo como as palavras e expressões estão organizadas no texto a partir das relações de contiguidade que estabelece com os elementos no interior do enunciado. A articulação, portanto, segundo Guimarães (2018, p. 80), refere-se a “um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre os elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares da enunciação agenciados pelo acontecimento”.

Na articulação é a organização dos enunciados que determina as relações gerais próprias desse funcionamento, onde caracterizam-se três modos específicos: *dependência*, *coordenação* e *incidência*. No primeiro caso, a articulação ocorre quando a relação dos elementos linguísticos constitui uma única unidade ou grupo nominal. No segundo a articulação se dá por um processo de acúmulo de elementos contíguos, onde são organizados como se fossem um só da mesma natureza. No último caso, elementos de natureza diferente se organizam contiguamente, ao modo que um elemento incide sobre o outro e transforma assim a natureza dos termos relacionados. (GUIMARÃES, 2018)

As relações de sentido estabelecidas no acontecimento por meio da reescritura e da articulação, integram um outro mecanismo analítico complementar aos procedimentos que acabamos de descrever. Esta ferramenta é a *paráfrase*, a qual Guimarães (2018, p. 17) explica:

Normalmente os semanticistas, e de certo modo todos que lidam com a significação, lançam mão do parafraseamento para fazer com que se possa dizer algo, que não é a forma linguística de uma expressão, possa ser considerado indicação sobre o sentido, sem necessidade de introspecção ou tentativas de adivinhar o que se passa na mente das pessoas, no pensamento das pessoas, etc.

No entanto, não tomaremos este termo como a textualidade o define, enquanto um recurso o qual é possível estabelecer sinonímias ou lançar novas afirmações do sentido de um texto. Na SA pensaremos a paráfrase como uma modalidade de examinar os limites da interpretação num dado acontecimento, tal como define Souza e Ventura (2019, p. 3):

A paráfrase é o mecanismo que o analista lança mão para interpretar, ou, em outras palavras, ela é um teste. Em um acontecimento específico, o analista testa as possibilidades de paráfrase para entender os sentidos de determinada enunciação; testa a performatividade do enunciado. Isso significa que, em determinado enunciado, moradia pode ser parafraseado por residência, ao passo que em outro, moradia e residência são itens distintos.

Desse modo, o que determina a paráfrase de um enunciado por outro “são as relações de sentido estabelecidas no acontecimento, a partir de recortes de memoráveis que permitam tal movimento” (SOUZA; VENTURA, 2019, p. 3). Nessa medida, o mecanismo de parafraseamento exige que estejamos atentos às conexões externas e internas do enunciado, tornando possível a manipulação de seus elementos linguísticos, buscando sustentar determinados sentidos específicos desse acontecimento.

Além da paráfrase, também precisamos nos familiarizar com outra configuração decorrente das relações estabelecidas na reescritura e articulação: o Domínio Semântico de Determinação (DSD). Este procedimento tem um funcionamento específico decorrente das atribuições de sentido que uma expressão recebe de outra no acontecimento enunciativo, onde podemos representar graficamente as designações encontradas no texto estudado ou em outras materialidades, em que a palavra analisada também significa (GUIMARÃES, 2018).

Para fazer uso desta ferramenta de análise, precisamos primeiramente encontrar quais palavras ou expressões determinam a palavra investigada em questão. A partir das determinações semânticas decorrentes da reescritura e articulação, podemos indicar as atribuições de sentido por meio dos sinais gráficos $\vdash \dashv \perp \dashv$, onde as palavras situadas antes do traço estão determinando sentido ao elemento que estiver localizado na outra extremidade. Quando há apenas um traço simples entre as palavras - está representado ali uma relação de sinonímia, enquanto que a utilização do sinal \perp representa uma relação de antonímia, de oposição entre os elementos linguísticos presentes acima e abaixo do sinal. (GUIMARÃES, 2018, p. 157)

3.2 Procedimentos Metodológicos

Para observar o funcionamento semântico de mulher negra nas relações de linguagem em diferentes materialidades, trabalharemos um *corpus* composto pela exploração do Livro Didático e de periódicos femininos em diferentes vertentes. A composição variada do *corpus* busca construir conhecimento acerca dos sentidos que são formados na sociedade, onde nos

baseamos no conceito de *trajeto temático* para pensar enunciados produzidos em lugares, tempos e gêneros distintos e por locutores diferentes (ZOPPI-FONTANA, 2018). Esse percurso metodológico norteia-se pela expressão *mulher negra* e, a partir de materiais textuais diversos, pudemos selecionar recortes específicos que nos permita pensar novas determinações para o estudo do tema o qual nos propomos investigar.

Não se trata, portanto, de aglomerar materiais textuais para o estudo de uma forma linguística, mas é preciso, sobretudo, encontrar enunciados que tornem possível compreender o funcionamento enunciativo em diferentes acontecimentos. Guimarães (2018) nos propõe um procedimento geral de análise, o qual ele define como sondagem. A partir desse mecanismo, o analista pode desenvolver a seleção do corpus de pesquisa buscando encontrar enunciados decisivos para se pensar as questões que sustentam a pergunta norteadora desta investigação. Segundo o autor (2018, p. 76), “cada sondagem pode ser relacionada a outras sondagens que possam indicar a necessidade de modificação na análise, que possa eventualmente reformulá-la, que possa colocá-la em questão”.

Para executarmos a sondagem nos preocupamos em considerar os espaços de enunciação na sociedade que promovem a produção e disseminação de sentidos entre os indivíduos, elencando a partir daí quais materialidades, decorrentes desses espaços, mediam esse processo. Nessa perspectiva, selecionamos primeiramente o Livro Didático “Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso”, de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien, para compor o nosso *corpus*. Essa escolha se deu pelo fato desse recurso fazer parte da formação intelectual dos cidadãos, contribuindo para a construção do conhecimento e legitimação dos modos pelos quais colocamos a língua em funcionamento.

Elício Gomes Lima (2012) ao falar sobre o livro didático, destaca a relevância desse material enquanto principal fonte de informação impressa a qual se baseia professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo seu papel primordial para o letramento do nosso país. Assim, Lima (2012, p.145) destaca que para tomá-lo enquanto objeto de estudo torna-se necessário compreendermos de modo amplo, como um recurso historicamente situado: “o livro didático não constitui um instrumento neutro; é produto de uma visão de mundo, de homem, de educação e de escola”.

Posteriormente, também elencamos o espaço de enunciação da mídia com outro modo de produção e consolidação de sentidos na sociedade. Pensando nisso, buscamos entender a sua relevância nesse contexto. Nessa direção, segundo Maria Onice Payer (2005), a mídia é o “texto fundamental do Mercado”, responsável por constituir o sujeito na Sociedade Contemporânea. Esta lógica parte da consideração de que cada época da história possui um

texto o qual é fundamental para constituição do sujeito, a exemplo do texto bíblico (Instituição Religiosa) na Idade Média ou o texto jurídico (Estado) na Modernidade. Na atualidade, de acordo com Payer (2005, p. 16):

[...] o Texto da Mídia, em suas novas formas proporcionadas pelo desenvolvimento da tecnologia, e sobretudo da imagem, opera efeitos com especial força pragmática sobre os indivíduos. A introdução da imagem, em grande escala tem assim estatuto semelhante a introdução da imprensa na difusão do livro. São específicas as formas de interpelação da imagem na produção de sentidos. Estamos dizendo que se todo discurso tem a propriedade de produzir evidências de real, esta capacidade é diversamente potencializada no discurso produzido na base da imagem.

Nessa perspectiva, entendemos a mídia como de extrema importância na composição do *corpus* desta pesquisa porque reconhecemos, assim como Payer, a sua propriedade em produzir sentidos e, de certa forma, acabam por construir o real. Além disso, também consideramos a motivação pessoal enquanto jornalista e pesquisadora para investigar uma materialidade jornalística, entre tantos meios de comunicação, pensando a produção social da informação para propagar ideias, formar opiniões, gerar conceitos e condicionar atitudes. Nessa direção, a escolha das revistas voltadas para o público feminino, buscam contemplar, não só o aspecto da mídia enquanto produtora de sentidos, mas também por estabelecer uma relação direta com o objeto desta investigação.

No Brasil, as revistas femininas passam a existir no século XIX, desde o começo das primeiras publicações dessa modalidade jornalística no país. Com forte influência europeia e, geralmente, escrita por homens, elas inicialmente traziam informações do mundo da moda, culinária, ilustrações, notícias e artigos de assuntos diversos; seguindo esse modelo até a metade do século XX. Pioneiramente, conforme relata Marília Scalzo (2011, p. 33) as revistas identificaram as mulheres como consumidoras de um mercado que não parou de crescer desde então. Nesse cenário, a revista *Cláudia* constitui uma das mais antigas publicações ainda em circulação no Brasil até os dias atuais, reconfigurando naquele momento o modelo dos periódicos direcionados para as mulheres até então. A partir daí, o foco das fotonovelas desloca-se para publicações que abandonam a imagem da mulher apenas como dona de casa e mãe para mudar o jornalismo feminino. Segundo a autora:

Em 1961, para acompanhar não só a vida da mulher que mudava, mas também a indústria de eletrodomésticos que nascia, surge *Claudia*. No início, não descola do modelo tradicional: novelas, artigos sobre moda, receitas, ideias, para a decoração e conselhos de beleza. Aos poucos, porém,

começa a publicar seções que vão dando conta das mudanças na vida da mulher, como consultas jurídicas, saúde, orçamento doméstico e sexo. (SCALZO, 2011, p. 34)

Scalzo (2011) destaca que dentre as propriedades que deram notoriedade à *Cláudia* desde então, está o fato de que a sua proposta inovadora migrou a produção de conteúdo prioritariamente para as brasileiras, quando naquela época ainda se importava o modelo de criação das revistas europeias. Atualmente, segundo informações disponibilizadas pela Editora Abril (2019), a *Cláudia* possui circulação líquida superior a 195 mil exemplares¹⁹.

Junto à revista *Cláudia*, para compor o *corpus*, também escolhemos as revistas *Marie Claire* e *Vogue Brasil*, ambas da editora Globo. A primeira, segundo informações do *midia kit*²⁰ (2015) disponibilizado pela editora responsável, constitui a revista feminina internacional mais lida no Brasil, com uma tiragem de mais de 170 mil exemplares. Atualmente, a *Marie Claire* apresenta um perfil editorial que prioriza a moda, dicas de beleza, colunas de opinião e matérias que pautam discussões sociais acerca da condição das mulheres, considerando questões como a transexualidade, a desigualdade social, a discriminação de raça, bem como problemas relacionados à maternidade, ao ambiente doméstico e aos desafios do mercado de trabalho.

Seguindo uma linha mais conservadora na problematização de aspectos sociais relativos à mulher, a revista *Vogue Brasil*, prioriza editoriais de moda, enfoque em grandes marcas, contexto internacional da moda, grandes campanhas e dicas de beleza. Ainda assim, embora não seja frequente como nas revistas descritas acima, também podemos encontrar temáticas específicas expondo depoimentos e experiências de vida de mulheres abordando questões de raça e gênero. O *midia kit* (2018) da *Vogue Brasil* a descreve atualmente como a revista de luxo mais influente, estando entre as cinco mais relevantes do mundo. No Brasil, a revista apresenta uma tiragem de aproximadamente 80 mil exemplares, entre as publicações impressas e assinaturas digitais.

Após a escolha das revistas que integram o *corpus*, decidimos analisar os periódicos em circulação no ano de 2019. Com isso, a partir do procedimento de sondagem determinou-se algumas possibilidades para escolher os enunciados apropriados para explorar o tema.

¹⁹ Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/svp/tabelas/circulacao?platform=revista-imprensa-mais-digital> Acesso em: 08/10/2020.

²⁰ O *midia kit* (ou kit de mídia) é um documento utilizado pelos veículos de comunicação para vender o serviço de publicidade para outras empresas, divulgando informações importantes para atrair anunciantes e parceiros.

Desse modo, elegemos inicialmente buscar textos vinculados no mês de março/2019, considerando a hipótese de que nesse período as revistas possivelmente poderiam apresentar temáticas específicas à celebração do Dia da Mulher, pensando as possibilidades de abordagem das revistas acerca da pluralidade feminina e, conseqüentemente, como as questões de raça poderiam estar configuradas. No entanto, não encontramos uma mobilização especial nas edições em questão. Visto isso, buscamos promover uma sondagem mais atenta aos textos das revistas a fim de encontrar em diferentes momentos o que poderia nos ajudar a responder a problemática investigada.

4 ANÁLISES

Nessa seção iremos, em um primeiro momento, analisar os recortes do livro didático “Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso” (2017). Posteriormente, desenvolveremos, respectivamente, as análises de revistas femininas: *Cláudia*, *Marie Claire* e *Vogue Brasil*. Por fim, ao concluirmos a análise do *corpus*, apresentaremos a comparação dos resultados encontrados.

4.1 Livro Didático - Português Contemporâneo

Para compreender como os sentidos da expressão mulher negra encontram-se dispostos na materialidade linguística correspondente ao livro didático, selecionamos recortes do volume 2 do livro didático Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso (2017). Embora não tenhamos encontrado muitas ocorrências e reescrituras da expressão mulher negra, buscamos considerar não apenas a quantidade de acontecimentos linguísticos dispostos mas, para além disso, concentramo-nos em compreender o funcionamento enunciativo presente em cada um dos recortes analisados. A imagem abaixo apresenta a capa do livro escolhido para análise, o qual é muito utilizado nas escolas em todo o Brasil:

Figura 3 – Livro didático Português Contemporânea: diálogo, reflexo e uso.



Fonte: CEREJA, W.; VIANNA, C. A. D.; DAMIEN, C. Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso - volume 2. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

A seguir, dando início a nossas análises, apresentamos o primeiro recorte que encontramos no livro didático mencionado acima, a partir do texto de gênero humorístico tratando sobre diversidade das mulheres. Vejamos na próxima subseção.

4.1.1 Análise – Livro Didático: tirinha “Lili Ex”



Fonte: CEREJA, W. ; VIANNA, C. A. D. ; DAMIEN, C. . Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso - volume 2. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 58.

A figura acima trata-se da tirinha “Lili, a Ex” (2017, p. 58), do cartunista Caco Galhardo. Nesse recorte, percebemos que a palavra *mulheres* é reescriturada, através da definição, por *loiras*, *ruivas* e *morenas*. A palavra *mulheres* também apresenta-se articulada ao numeral *duzentas*, apontando uma quantidade recortada para a avaliação no contexto de humor a qual insere-se. A partir dessas relações enunciativas, podemos destacar que, embora tantas mulheres selecionadas, dentre elas loiras, ruivas e morenas, não há indicação da presença de mulheres negras. A diversidade de mulheres apresentada nesta sequência enunciativa destaca diferentes perfis de beleza articulados aos adjetivos *lindíssimas*, *estonteantes* e *esculturais*; no entanto não há a presença de um indicador de raça.

O funcionamento semântico em R1, nos mostra como esse Espaço de Enunciação vem sendo dividido, o qual, conforme a língua é posta em funcionamento, os falantes são divididos pelo direito de dizer. Nesse caso, as mulheres negras não são incluídas nessa normatividade instaurada pelo político que divide, transforma e redivide os espaços constantemente, excluindo-as perante o padrão de beleza feminino construído socialmente. A partir dessas relações enunciativas, apresentamos o **DSD 1**:

ruivas estonteantes ─ **mulheres** ─ loiras lindíssimas

T

morenas esculturais

apagamento

No DSD 1, *mulheres* é determinada pelos termos *ruivas estonteantes*, *loiras lindíssimas* e *morenas esculturais*; estabelecendo uma relação de oposição com *mulheres negras* que, por sua vez, é determinado pela palavra *apagamento*.

Nas relações enunciativas apresentadas no DSD acima, ficam em evidência sentidos que constituem um memorável de exclusão da mulher negra. Quando não existe menção a referida expressão, não há sentidos de representatividade racial e coloca a mulher racializada em uma posição que a exclui de um padrão de beleza socialmente construído para estabelecer quem é aceito e quem não é. O que chama atenção nessa análise é que, ainda que as mulheres citadas no enunciado em questão mobilizem sentidos de adjetivação positiva, articulando os termos estonteantes, lindíssimas e esculturais, o caráter de gênero humorístico específico da tirinha possibilita interpretar que tais atributos ainda não sejam suficientes para aprovação. Mas, no que se refere a mulher negra, não há sequer a condição de avaliação dentro desta cena enunciativa.

No entanto, mesmo não estando presente no texto, a ausência do termo *mulher negra* também significa. Esse processo discursivo que marca a constituição de sentidos que apagam historicamente a mulher negra, nesse e em outros espaços de enunciação, caracteriza, por dominação ou por resistência, o que Eni Orlandi (1942) aponta como o silêncio constitutivo da linguagem. Como a mulher negra é excluída desses discursos? Ela fala na história? Ou a reduzem ao apagamento ou ainda à mediação daqueles que falam por ela? Este modo de estar em silêncio ou de silenciar difere da conceituação absoluta daquilo que é nada ou ainda um vazio sem história, ao contrário, ela estabelece uma relação fundadora com a constituição de sentidos do dizer. Segundo a autora (1942, p. 23):

[...] o silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui 'originário', nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, auto-suficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio.

É essa perspectiva que torna possível compreender como a mulher negra também constitui sentido, mesmo não estando presente na enunciação. Assim, ainda que o silêncio não seja diretamente observável ou representável, podemos compreendê-lo partindo da noção de que para dizer uma coisa estamos, ao mesmo tempo, deixando de dizer outras tantas, de modo que todo o não-dito está sempre relacionado a uma historicidade de dizeres própria da linguagem.

Ao deixar de dizer sobre a mulher negra, sobressai o dizer da branquitude, a qual, nesta cena enunciativa, insere as mulheres na configuração dos padrões de beleza aceitos pela sociedade. O silenciamento da mulher negra ocorre, assim, a partir da generalização do termo *mulheres* que designa mulheres brancas e indica uma incoerência de sentidos ao questionar se nesta distribuição de lugares entre falantes as mulheres negras também não se encaixariam no grupo de mulheres.

4.1.2 Análise – *O navio negreiro*

Em R2, apresentamos um recorte do poema “*O navio negreiro - Tragédia no mar*” (2017, p. 71), do autor Castro Alves, retirada do capítulo em que o livro didático aborda a segunda geração do Romantismo na literatura. O livro destaca esta escola literária como emergente do período colonial pós-abolição da escravatura, apresentando a partir disso a vida e obra do poeta brasileiro para discutir as especificidades do gênero textual poético bem como para se trabalhar questões de interpretação.

Vejamos o segundo recorte selecionado para análise:

R2: “São mulheres desgraçadas, como Agar o foi também. Que sedentas, alquebradas, de longe... bem longe vêm... Trazendo com túbios passos, filhos e algemas nos braços. N'alma lágrimas e fel... Como Agar sofrendo tanto, que nem o leite de pranto têm que dar para Ismael”. (CEREJA, W.; VIANNA, C. A. D.; DAMIEN, C. Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso - volume 2. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 71.)

Em R2, *mulheres* é uma reescritura por substituição de *mulheres negras*, em que pudemos perceber o marcador identitário de raça considerando as relações enunciativas encontradas nas demais estrofes do poema. A palavra *mulheres* também é reescriturada por definição pelos termos *desgraçadas*, *sedentas*, *alquebradas* e *Agar*, em que o próprio livro didático conceitua este último termo como “escrava que foi a segunda mulher do patriarca bíblico Abraão e mãe de Ismael”. Dentre as relações de articulação, podemos destacar que

mulheres se articula aos termos e expressões *bem longe vêm, tibios passos, filhos e algemas nos braços, lágrimas e fel, sofrendo tanto*.

As relações enunciativas presentes no texto, nos indica que a constituição dos sentidos da expressão *mulher negra* mobiliza aspectos de sofrimento, cansaço e tristeza. Com isso, também circulam sentidos que nos permitem visualizar em que condições essas mulheres foram trazidas para serem escravizadas. São mulheres pobres, trabalhadoras, mães, retiradas de suas raízes e obrigadas a cruzar oceanos trazendo consigo seus filhos. Há então a projeção de futuridade que nos permite interpretar que o sofrimento dessas mulheres negras era tamanho que até suas lágrimas secaram não restando nem o pranto de dor como alimento para seus filhos. Com isso, tais sentidos recortam um memorável referente à escravidão no Brasil que destaca as relações da opressão entre raça e gênero.

Desse modo, apresentamos o **DSD 2:**

mulher negra – mulheres desgraçadas | Agar | escrava

No DSD 2, *mulher negra* encontra-se numa relação de sinonímia com *mulheres desgraçadas* que é determinada por Agar que, por sua vez, é determinada por *escrava*.

As relações de linguagem instauradas no DSD acima atribuem à mulher negra a adjetivação por meio da palavra *desgraçada* e remonta um sentido relacionado ao sofrimento das escravas, reforçado pela experiência de Agar, descrita acima. Tais relações sustentam sentidos de sofrimento da mulher negra dentro de um sistema de opressão racial que retomam um passado de racismo e submissão. A partir dessa rememoração de enunciações passadas da escravidão, observamos a projeção de consequências danosas até os dias atuais, em que, mesmo após séculos, as mulheres negras, e as pessoas negras de um modo geral, encontram-se inseridos em uma realidade condicionada pelo preconceito de raça, pela falta e oportunidades e pela negação de direitos capazes de reverter este quadro.

Nesta cena enunciativa, se destaca também um funcionamento diferente da configuração apresentada pelo R1. Aqui, a generalização da palavra *mulheres* distribui lugares enunciativos que nos indicam a mulher negra enquanto sujeito nesse espaço de enunciação, embora se estabeleça uma contradição por se tratar de um lugar determinado pela opressão, sofrimento e silenciamento. Se constitui também nesta cena, um lugar social ocupado por l-poeta em que L utiliza-se de metáforas, em caráter dramático ou lírico característicos do poema, apresentando ainda um lugar de dizer de enunciador-coletivo por tratar-se de uma fala que representa um grupo determinado pelas mulheres negras.

4.1.3 Análise – Pluralidade Cultural

No terceiro texto que selecionamos, apresentamos um recorte da seção “Mundo Plural” que traz o texto “*Pluralidade Cultural*” (2017, p. 76), abordando o racismo. Esta seção vem logo ao final do capítulo “Romantismo no Brasil (II)”, onde o livro traz as obras de Castro Alves, autor conhecido pelos seus textos engajados na luta pela abolição da escravidão. A proposta desta seção é a partir do texto, propor uma discussão acerca da desigualdade social entre brancos e negros, sobre representatividade e a respeito do Dia da Consciência Negra.

Nesta análise, *mulher negra* pode ser encontrada em duas situações. Para compreender as relações enunciativas encontradas, vejamos o R3:

R3: Em mês de #AgoraÉQueSãoElas e Dia da Consciência Negra, me parece que é importante pontuar algumas questões sobre representatividade para responder a alguns lugares comuns do Facebook, sobretudo quando começam a se multiplicar os compartilhamentos que propõe o dia de uma “consciência humana” para acabar com o racismo. [...] Veja, nos últimos 10 anos, o número de **mulheres negras** assassinadas cresceu 54% no Brasil. E, como disse, há 3 maneiras de enxergar esse dado. [...]”.
(CEREJA, W.; VIANNA, C. A. D.; DAMIEN, C. Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso - volume 2. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 76).

Nesse primeiro momento, o enunciado nos apresenta a hashtag com a frase “agora é que são elas”, em que o pronome *elas* indica a presença do gênero feminino. Esta expressão também encontra-se articulada à *Dia da Consciência Negra* e aos termos *me parece que é importante pontuar algumas questões sobre representatividade para responder a alguns lugares comuns do Facebook*.

Em R3, a expressão **mulher negra** é reescriturada por *mulheres negras* e articula-se com os termos *o número de* e *assassinadas cresceu 54% no Brasil*. Posteriormente, *3 maneiras de enxergar* reescritura por condensação *1) considerando-os coincidência. [...] 2) imaginando-os como resultado da competência individual do sujeito. [...] 3) constatando-os como reforço de um quadro histórico, que, de tão arraigado, acabou naturalizado*; e articula-se com *esse dado* que, por sua vez, reescritura *o número de mulheres negras assassinadas*.

Estas relações enunciativas instauram um memorável de dupla discriminação da mulher negra. Observa-se a circulação de sentidos de que a mulher negra está em lugar de opressão que vai além do racismo. Os dados destacam a situação crescente vivenciada por

mulheres negras e que, até certo ponto, não acomete em homens negros ou ainda mulheres brancas numa mesma proporção. Assim, apresentamos o **DSD 3**:

#AgoraÉQueSãoElas ─ **mulher negra** ─ opressão ─ machismo

└
racismo

No DSD 3, *mulher negra* é determinada por *opressão*, esta palavra em questão também é determinada por *racismo* e *machismo*. *Mulher negra* também se encontra determinada pela hashtag “Agora é que são elas”, inserida inicialmente no texto e que, além de atribuir o aspecto de gênero à expressão, também rememora os sentidos da campanha pensada para dar voz a luta de mulheres ativistas feministas, ao passo que os homens cediam espaço para que elas pudessem falar em grandes jornais e portais da internet. Essa questão, também aponta para aspectos de representatividade, constituindo sentidos de que as mulheres, antes não eram inseridas nessa normatividade pelo direito ao dizer e que agora ocupam esse lugar de fala quando os homens cedem o lugar político privilegiado.

As relações de linguagem apresentadas no DSD acima, também apontam a constituição de sentidos da dupla opressão que acomete mulheres negras, de modo que os determinantes de raça e gênero condicionam distintas formas de discriminação, bem como também, quando somadas, promovem experiências diferentes entre um grupo racial e outro, dentro do conjunto de mulheres, em consequência da intersecção de seus marcadores identitários. Nos chama atenção também, a circulação de sentidos que o feminicídio de mulheres negras ainda é uma questão negligenciada de modo que os dados de tal violência são encarados como coincidência, por competência pessoal ou a partir de quadro histórico naturalizado socialmente.

Na cena enunciativa em que se configura R3, o lugar social de l-mulher negra, embora ocupante dos espaços políticos de enunciação correspondentes aos coletivos de raça e gênero, difere do lugar social de l-mulher branca e l-homem negro, entendendo que o lugar social marcado por tais aspectos identitários condicionam a distribuição de lugares dentro desta cena. A ocupação de um lugar de enunciador-individual agenciado por L, enquanto l-não mulher negra (visto que enuncia sem incluir-se na coletividade de mulher negra), também pode ser observado a partir de uma posição pessoal – “me parece”, por exemplo – de que é preciso discutir a questão abordada no texto.

Nesta análise, não encontramos nenhuma menção da palavra *mulher negra* ou reescrituras desta expressão. Foi a partir das imagens vinculadas no texto e nos exercícios, apresentando fotografias de mulheres negras que, embora ainda não possamos nos aprofundar no estudo dos recursos imagéticos, pudemos complementar nossa interpretação do lugar da mulher negra em que o Locutor enuncia de um lugar social de pessoa negra para um alocutário que é tomado como pessoa branca. Nesse texto, reforça-se a ideia de que, embora a luta pelo racismo precise ser um movimento coletivo, é necessário que os brancos possibilitem que pessoas negras tenham voz nessa causa, oportunizando que as experiências e discursos sejam protagonizados por eles. Desse modo, podemos associar, fazendo um paralelo das projeções do texto com as imagens, que a mulher negra, nesse acontecimento, estabelecem uma relação de força, representatividade e protagonismo.

Essa projeção observada entre o texto e as imagens, instauram sentidos de uma reivindicação pelo direito ao dizer, apresentando um lugar enunciativo predominantemente branco dentro dessa constituição política na normatividade do dizer, em que não mais se aceita que as pessoas brancas falem em nome das pessoas negras. Assume-se, portanto, o seu lugar político de direito para enunciar a partir do seu lugar de fala, reforçando os sentidos de representatividade e protagonismo. Há, com isso, ainda a circulação de sentidos de resistência ao racismo, a esse lugar periférico “predestinado” às pessoas negras e que é também observado diante da constituição de diferentes espaços de enunciação, caracterizados pela disputa do direito ao dizer entre os falantes brancos e negros.

Com isso, apresentamos o **DSD 4**:

$$\begin{array}{c} \text{mulher negra} \vdash \text{representatividade} \\ \top \\ \text{protagonismo} \end{array}$$

No DSD acima, *mulher negra* é determinada por *representatividade* e *protagonismo*.

A partir das relações observadas nesta análise, destacamos um lugar de enunciadore-coletivo, em que se enuncia enquanto a coletividade do lugar de dizer dos negros. Nessa cena enunciativa, também notamos um lugar social de l-pessoa negra em que não há uma distinção de gênero dentro dessa discussão vista pela ótica racial e, assim, a universalização da categoria de raça, bem como a universalização da mulher, torna invisível outros discursos e experiências. Nessa perspectiva, em que a mulher negra possui aspectos diferentes do homem negro ou da mulher branca, por exemplo, determinando a sua posição enquanto sujeito político, também circulam sentidos de um apagamento enquanto l-mulher, em detrimento do discurso universal do negro.

4.1.5 Considerações acerca dos sentidos da expressão mulher negra no LD

A partir das análises desenvolvidas até aqui por meio dos princípios da SA, é possível perceber um embate de sentidos da expressão mulher negra no Livro Didático, em que, ora reforçam um memorável histórico pautado na questão do racismo, ora demonstram um apagamento, lugar onde prevalece a presença da mulher branca ou do homem negro.

Nessa perspectiva, não podemos deixar de observar que a pequena quantidade de recortes encontrados nessa materialidade linguística também significa. Nota-se um apagamento da figura da mulher negra, a qual esta só é citada, direta e indiretamente, em 4

momentos específicos. Em contrapartida, em todo decorrer do livro o que encontramos são abordagens que trazem a mulher branca em momentos que abordam questões de gênero, e o homem negro quando fala-se de raça e, portanto, na maior parte dos textos, silencia-se o lugar da mulher negra. Há, com isso, em determinadas situações, uma universalização relacionada às questões de gênero e de raça, em que não se considera as diferenças existentes entre as próprias mulheres e contribui, conseqüentemente, para a perpetuação dos sentidos de silenciamento e exclusão da mulher racializada.

Retomando os resultados das análises, observa-se que são tomados diferentes caminhos na constituição dos sentidos que investigamos nesta pesquisa. Na primeira análise, por exemplo, temos o lugar do apagamento como principal determinante dos sentidos da expressão mulher negra. A partir da generalização da palavra *mulheres* para designar apenas mulheres brancas, as quais encontram-se articuladas com adjetivos que as colocam dentro de um padrão de beleza imposto socialmente dentro de um regime daquelas que são aceitas, as mulheres negras não são incluídas nessa normatividade.

Em seguida, nas análises resultantes de R2, podemos encontrar sentidos que rememoram aspectos da escravidão, determinando a mulher negra a partir de um lugar de sofrimento e silenciamento. Nessa direção, o que também nos chama atenção no livro didático está na constante associação da imagem do negro à figura de escravo, de tal modo que as discussões raciais no espaço de enunciação escolar continuam a perpetuar os sentidos de oprimido. A questão não está em deixar de falar da história de resistência da população negra a partir do lugar de escravos, mas ir além desses sentidos mostrando também que existe uma história antes da escravidão, bem como também existe uma história de luta e resistência pós abolição em que precisa-se considerar a constituição de sentidos que valorizem os seus costumes e raízes, assim também como suas narrativas culturais, tão importantes para que se compreendam também a influência desse povo na história do Brasil.

Em seguida, na terceira análise, o recorte apresentado instaura sentidos de uma dupla opressão determinando a expressão mulher negra, indicando, ao mesmo tempo a ocorrência de uma discriminação racial, por ser negra, e uma discriminação de gênero, a qual o preconceito se dá devido a condição de ser mulher. Tais sentidos emergem dos dados apresentados a partir do crescente número de feminicídios entre as mulheres negras, em que, além de apontar que mulheres negras enfrentam situações diferentes do homem negro ou de forma mais acentuada do que em mulheres negras, denuncia-se também a negligência da sociedade em atentar-se para as causas reais dessa violência, ao invés de culpar a vítima ou continuar perpetuando a naturalização desse quadro histórico.

Já em R4, nota-se, a partir da relação do texto com as imagens, que, enquanto inserida na coletividade do povo negro, de um modo geral, a constituição de sentidos da mulher negra está associada a representatividade e a reivindicação do seu protagonismo. Desse modo, percebemos uma mobilização no político dentro desta cena enunciativa que redivide o espaço de enunciação, de forma que ao reafirmar seu pertencimento na normatividade do dizer, reclamando os seus direitos de fala, os negros transformam esse cenário de disputa em que, até determinando momento, prenominava o branco. Com isso, percebe-se um embate, ao passo que também mobiliza sentidos de invisibilidade da mulher negra. Isso ocorre porque ao falar sobre racismo, representatividade e protagonismo sob a abordagem de raça, a partir de uma generalização, deixa-se de lado o aspecto de gênero e as experiências vivenciadas, especificamente, pelo grupo de mulheres negras.

De acordo com tudo que vimos a partir das análises apresentadas até aqui, há ainda um outro ponto a ser colocado diante da constituição de sentido de mulher negra, que refere-se a falta de problematização do livro didático, em que, embora aborde temáticas de relevância para promover discussões críticas em sala de aula, os exercícios propostos aos alunos e as respostas sugeridas ao professor se resumem principalmente à gramática, não explorando as possibilidades de discussão que existem e limitando o caráter crítico do ensino em formar cidadãos. Nesses casos, ao tratar de temas como desigualdade social, racismo, escravidão e tudo que englobe questões de gênero e raça, de maneira superficial, isso contribui para que a formação cidadã dos estudantes seja contaminada com a propagação de sentidos que reforçam ainda mais os preconceitos da sociedade, sem que se proponha a desconstrução desses padrões.

4.2 Os sentidos de mulher negra na Revistas Claudia

4.2.1 Análise - O direito de não ser discriminada racialmente

Daremos início às análises de revistas femininas apresentando inicialmente 2 análises da *Claudia*. É importante ressaltar ainda que as revistas não foram analisadas na íntegra, mas foi a partir do procedimento da sondagem, proposto por Guimarães (2018), apresentado na seção anterior, que foi possível fazer a seleção de recortes determinantes para responder às questões que embasam esta investigação. Considerando para isso, portanto, enunciados em que houvessem a circulação de sentidos associados à aspectos de gênero, raça e classe,

abordando temáticas que abordassem a mulher negra em relação às suas experiências de vida, sua inserção ao mercado de trabalho, suas reivindicações, etc.

A primeira análise selecionada, trata-se de recortes retirados da edição especial, intitulada “Edição Manifesto”, do mês de outubro de 2017. Nessa tiragem, o periódico diz assumir um novo posicionamento pela defesa dos direitos das mulheres a partir da campanha “#eutenhodireito”, afirmando o seu compromisso em dar visibilidade à diversidade da mulher brasileira, bem como a multiplicidade de papéis que estas mulheres ocupam na sociedade. Na referida matéria de destaque, a marca *Claudia* propõe que as mulheres reivindiquem as suas escolhas, sem rótulos ou julgamentos da sociedade, reafirmando o direito de serem respeitadas. Com isso, também são apresentadas 5 entrevistas, as quais são destacados os seguintes direitos: “...de ser mulher”, “...de não querer ter filhos”, “...de ficar em casa com as crianças”, “...de ter o corpo que eu quiser” e “...de não ser discriminada racialmente”. A partir do depoimento apresentado para embasar a experiência de uma mulher que enfrenta o racismo, elegemos a entrevista “...de não ser discriminada racialmente” para integrar o nosso *corpus*. Assim, destacamos 4 recortes (R1, R2, R3 e R4) a fim de nos ajudar compreendermos quais sentidos de *mulher negra* estão funcionando nessa materialidade.



(Figura 6)²¹

A seguir, apresentamos o primeiro recorte:

²¹ *Claudia*, outubro de 2017. **Fonte:**

#EUTENHODIREITO: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2017-Mensal.

R5 - Nasci numa comunidade quilombola no interior do Pará. Só me mudei para Belém depois dos 20 anos, quando perdi minha avó e quis viver algo diferente. Cursei história e hoje faço mestrado. Mesmo depois de tantos anos, a sensação de não pertencimento continua e às vezes fica aflorada, dependendo do que encaro no dia a dia (*Claudia*, outubro de 2017).

Em R5, a expressão *mulher negra*, mesmo não estando explícita no texto, encontra-se presente em outros aspectos em que, por meio do elemento imagético de composição da matéria, percebemos a representação do Locutor nesta cena enunciativa, assim como o título da matéria - "...de não sofrer preconceito racial" - também nos propõe compreender. Neste caso, o elemento imagético o qual fazemos referência, trata-se da imagem correspondente a fotografia de perfil uma mulher negra, identificada com nome, idade, profissão e cidade; indicando-nos aspectos constitutivos dos possíveis lugares sociais ocupados pelo Locutor, respectivamente, apresentados como "*Roberta Tavares, 33 anos, historiadora de Belém*".

Nesse primeiro recorte, observamos que *mulher negra* reescritura-se por meio da elipse a partir da colocação dos verbos *nasci*, *quis*, *encaro*, etc. e do pronome *me*, a qual permite-nos a identificação do sujeito em um "Eu". Essa expressão da primeira pessoa parece-nos dizer que o Locutor possui o controle daquilo que enuncia em um gesto consciente, assumindo, assim, o lugar de dizer de Enunciador-individual.

Nesta cena enunciativa, a reescritura de *mulher negra* articula-se inicialmente a *comunidade quilombola*. Esta expressão significa, desde o período colonial no Brasil, como um espaço de refúgio para os negros africanos e afrodescendentes que conseguiam fugir do regime de escravidão e formar comunidades capazes de resgatar a cultura, os sincretismos e tradições da África. A existência dos quilombos ainda se associa ao passado e hoje configura um modo de vida que luta pela proteção cultural e liberdade de viver de acordo com seus costumes. Deste modo, os sentidos de resistência, liberdade e cultura africana que constituem essa definição possui a latência de futuro (interpretável) de que, por ter nascido numa comunidade quilombola, o enunciador se sente pertencente a este local pelo respeito e apropriação de suas raízes. No entanto, também observamos que, ao mesmo tempo em que institui sentidos de liberdade, também há a presença de sentidos de segregação, pois assim como esse pode ser um lugar de reconhecimento cultural e pertencimento, também se configura como um espaço de afastamento da sociedade.

Também articulada a reescritura da elipse de *mulher negra*, a expressão *mudei para Belém* marca na enunciação uma oposição a *comunidade quilombola*. Mudar-se para Belém, nesse contexto, representa mudança, de modo que também significa a partir da articulação com *viver uma vida diferente*. Para o Locutor, enquanto *l-mulher negra*, viver uma vida diferente daquela que vivia na comunidade quilombola relaciona-se com a oportunidade de estudar e ingressar na universidade, por outro lado, a cidade grande também faz com que o Locutor encare situações diversas que marcam a sensação de não pertencimento associado a Belém em oposição ao pertencimento que atribui à comunidade quilombola. Tais relações podem ser observadas a partir do DSD 5.

raízes ─┐ pertencimento ─┐ **quilombo** ─┐ segregação

estudos ─┐ **Belém** ─┐ mudança

No DSD 5, o termo *quilombo* é determinado por *segregação* e também por *pertencimento* que, por sua vez, é determinado por *raízes* e mantém uma relação de oposição com *Belém* que, por sua vez, é determinado por *estudos* e *mudança*.

Este acontecimento nos permite interpretar que, motivada em viver uma vida diferente, ela decidiu sair do quilombo. Os sentidos constituídos nessa cena enunciativa no possibilita interpretar que uma vida diferente significa buscar além do que o quilombo possa oferecer, de modo que, ainda que este espaço proporcione o conforto de sentir-se pertencente a um lugar onde as suas raízes são valorizadas, também é um lugar onde há poucas oportunidades em decorrência da segregação que possam estar dispostas as comunidades quilombolas.

Abaixo apresentamos o segundo recorte desta análise:

R6 - Em geral, ser mulher no Brasil, viajar sozinha, sentar à mesa de um bar sem homens é difícil. Mas em Belém o assédio é assustador. Eu tenho um agravante, sou negra. O olhar preconceituoso da sociedade faz com que eu tenha de viver situações constrangedoras (*Claudia*, outubro de 2017).

No segundo recorte, o enunciado nos apresenta as situações que condicionam a sensação de não pertencimento do *l-mulher negra* em morar na cidade de Belém. Desta forma, a expressão *difícil* estabelece uma relação de sentidos com as expressões *ser mulher no Brasil*, *viajar sozinha* e *sentar à mesa de um bar sem homens*, considerando as situações

em que as mulheres estão vulneráveis ao assédio sexual e a dificuldade em enfrentar momentos como esses no dia a dia. Sequencialmente, o operador argumentativo *mas* constitui uma ressalva, deslocando os sentidos constituídos pela projeção das dificuldades de ser mulher no Brasil, destacando Belém neste cenário, de modo que a expressão *assédio* articule-se a *Belém* e a *assustador*. Os sentidos que se constituem nessas relações são de que ser mulher no Brasil é difícil por sofrer situações de assédio, em especial na cidade de Belém.

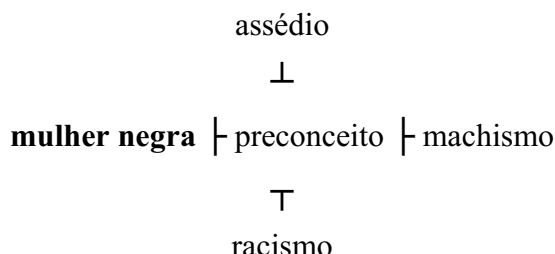
Nesta cena enunciativa, a expressão *negra* funciona como reescritura de *mulher negra* por substituição que está articulada com *agravante* e que, por sua vez, também articula-se a *difícil*. A expressão *agravante* ao designar as *situações constrangedoras* que o Locutor relata, atrela as dificuldades sofridas pelas mulheres negras para além do assédio, somando o *olhar preconceituoso da sociedade* como um aspecto que aumenta a gravidade da situação, indicando-nos ainda que o preconceito pode ser duplo: não só por ser mulher, como também por ser mulher negra. Assim, *viajar sozinha* e *sentar à mesa de um bar sem homens* são situações difíceis pois também estabelecem neste acontecimento uma relação de sinonímia com preconceito. Com isso, os sentidos constituídos demonstram que ser mulher no Brasil é difícil por sofrer assédio ou preconceito por ser mulher, no entanto, ser mulher e ser negra no Brasil é uma situação ainda mais difícil porque, além de sofrer assédio, ela sofre diariamente situações constrangedoras por conta do preconceito racial, como apresentado no DSD 6.

Nesta configuração, além da mobilização de um memorável que recorta enunciações relativas ao racismo estrutural o qual acomete historicamente as pessoas negras, há também a presença de um memorável ligado ao assédio sexual, remetendo a uma memória de sentidos que apontam a mulher como objeto sexual. Esse memorável nos mostra de que forma se constrói a imagem da mulher e seus corpos. Sob essa perspectiva, a objetificação da imagem da mulher tende a indicar a aparência feminina como determinante, sobrepondo todos os outros aspectos que as definem enquanto sujeitos no mundo. Segundo bell hooks (2019), esses sentidos foram construídos e se cristalizaram na sociedade também como uma forma de aprisionar as mulheres. De acordo com a autora (2019, p. 57), “[...] todas as mulheres, mais jovens ou mais velhas, foram socializadas pelo pensamento sexista para acreditar que nosso valor estava somente na imagem e em ser ou não notada como pessoa de boa aparência, principalmente por homens”.

A perpetuação desse pensamento sexista não só estereotipa e hipersexualiza a imagem da mulher, como também define seus corpos como propriedades, nunca dela mesma, mas da sociedade, dos homens, da família, da mídia, do Estado; que exigem o controle sobre sua

sexualidade, seu direito de reprodução, sua aparência, métodos contraceptivos eficientes e o direito de serem livres.

Os sentidos encontrados e discutidos acima, configuram a representação descrita no DSD 6, apresentado abaixo. Vejamos:



No DSD 6, *mulher negra* é determinado por *preconceito* que, por sua vez, é determinado por *racismo*, *assédio* e *machismo*, recortando o memorável de situações preconceituosas sustentadas pela sociedade e que são perpetuadas no cotidiano. O preconceito, nesse sentido, configura o comportamento de quem reproduz um sentimento hostil ou de intolerância com um grupo social e que tem como motivação um conceito ou opinião pré-concebida. Estes atos afetam a sociedade porque condicionam tais sistemas opressores. Nesse acontecimento, os sentidos que determinam o preconceito condicionado pelas situações constrangedoras instaura uma futuridade que nos possibilita interpretar que a mulher negra sofre uma dupla opressão: por ser mulher, devido às situações de assédio; e por ser negra, por conta dos episódios de racismo vivenciados cotidianamente. Vejamos agora o próximo recorte:

R7 - Na academia, o preconceito é sutil, velado. Sou negra, de comunidade quilombola e, normalmente, vista como objeto de pesquisa. Ao me tornar pesquisadora e produtora de conhecimento, me posiciono politicamente, quebro um paradigma. Estudo escravidão e coloco os negros como protagonistas da história, falo de uma perspectiva diferente. Isso também é um enfrentamento (*Claudia*, outubro de 2017).

Em R7, o Locutor assume dois posicionamentos diferentes associados aos sentidos constituídos no espaço acadêmico. Nesta cena enunciativa, os sentidos de *preconceito* estão articulados aos termos *sutil* e *velado* ao estabelecerem uma relação linguística com a expressão *academia*. Desta forma, é possível considerarmos a definição de preconceito delimitada anteriormente para marcar que, em tese, ainda que na academia o conhecimento se sobressaia indo de encontro aos julgamentos sem fundamentos ou opiniões pré-concebidas de maneira parcial, os sentidos que determinam o *preconceito* estão incutidos no imaginário coletivo e, mesmo que não se revele explicitamente, encontram-se camuflados nas situações

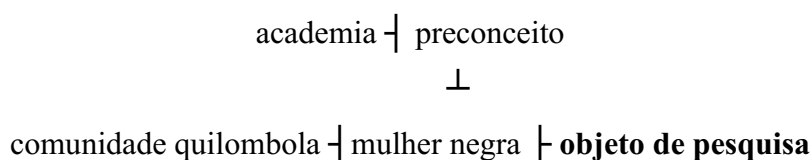
do dia a dia. Assim, neste acontecimento, *mulher negra* é reescriturada novamente por *negra* e articula-se a *objeto de pesquisa* e *comunidade quilombola*. Nesta relação linguística, mulher negra passa a significar pela constituição de um recorte temático.

No recorte acima, há ainda uma segunda configuração atribuída a mulher negra na academia. *Mulher negra*, reescriturada pelo pronome *me* por substituição, neste acontecimento, se articula a *pesquisadora*, ao mesmo tempo que tem seu sentido expandido pela expressão *produtora de conhecimento*. Assim, em oposição aos sentidos que a colocam como *objeto de pesquisa*, o espaço da academia também constitui sentidos que promovem a mulher negra ao lugar de destaque de sujeito atuante na produção de conhecimento.

O dizer do Locutor, ao significar a mulher negra como pesquisadora atribui esta ação a uma forma de enfrentamento diante das situações preconceituosas que encara. Nessa perspectiva, *mulher negra*, reescriturada pela elipse do pronome *me*, articula-se também a expressão *posiciono politicamente e quebro um paradigma*. Desta forma, para romper com o padrão epistemológico proposto pelo espaço da universidade, a expressão *estudo escravidão e coloco os negros como protagonistas da história*, significam reafirmando o potencial de empoderamento da mulher negra na academia.

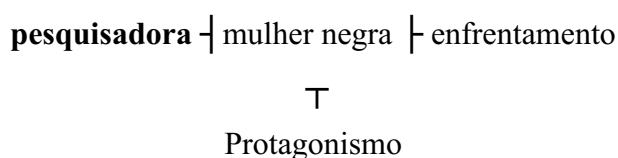
As relações enunciativas desse acontecimento instauram sentidos de que na academia ela sofre um preconceito velado sendo coisificada como objeto de pesquisa, no entanto, ela se posiciona politicamente apresentando uma nova abordagem sobre a história dos negros, uma perspectiva de protagonismo e enfrentamento. Com isso, nota-se também sentidos de resistência diante a predominância de brancos na academia, de modo que, ao se posicionar milita nesse espaço de enunciação por protagonismo e representatividade. Representaremos essas relações de sentido pelos seguintes DSDs:

DSD 7.1:



Neste DSD, o termo *mulher negra* é determinado por *objeto de pesquisa* e *comunidade quilombola* e por *preconceito* que, por sua vez, é determinado por *academia*.

DSD 7.2:



No DSD 7.2, o termo *mulher negra* é determinado por *pesquisadora*, *enfrentamento* e *protagonismo*. Este acontecimento recorta um memorável da academia como um espaço de exclusão na medida em que ela é tratada como objeto de pesquisa. Entretanto, a futuridade instaurada por este acontecimento nos permite interpretar que através da pesquisa ela assume uma posição de protagonismo e enfrentamento. Sendo assim, podemos observar um embate de sentidos. Em seguida apresentamos o quarto e último recorte dessa primeira análise:

R8 - Aqui, acredita-se que as meninas do interior, indígenas ou negras, quando chegam à cidade devem assumir trabalhos de serviços. Elas exercem atividades análogas à escravidão e ficam disponíveis para o patrão até sexualmente. Mas não fomos criadas para isso. Queremos estudar, fazer arte, ser relevantes. (Claudia, outubro de 2017)

No último recorte, o enunciado salienta ainda mais dois aspectos de vulnerabilidade que expõe a mulher negra enquanto condicionados por fatores de gênero e raça. Dando continuidade à análise, destacamos que a expressão *meninas do interior* é uma reescritura por substituição de *indígenas e negras*, o que produz uma especificação de sentidos. *Meninas do interior* também é reescriturado pelo termo *chegam* e articula-se a expressão *assumir trabalhos de serviços* que, por sua vez, é reescriturada pelas expressões *atividades análogas à escravidão* e *ficam disponíveis para o patrão até sexualmente*.

A partir dessas relações linguísticas, é possível interpretar a constituição de uma configuração da sociedade que discrimina e determina que meninas negras e indígenas que chegam à cidade grande estão destinadas a exercerem atividades domésticas e as colocam numa posição social que nega-lhes oportunidades melhores, oferecendo-lhes péssimas condições de trabalho e, por vezes, submetendo-as à situações de abuso. Esse recorte aponta para um memorável que chama atenção para a presença de um pensamento hegemônico e colonizador de supremacia branca, motivada ainda pelos efeitos da escravidão, que perpetuam os sentidos de racismo e submissão. Nesse acontecimento, a dupla opressão se constitui, enquanto categoria de gênero, pela vulnerabilidade de ser assediada sexualmente no trabalho e, enquanto raça, por exercer atividades que pode ser comparada às condições do trabalho escravo.

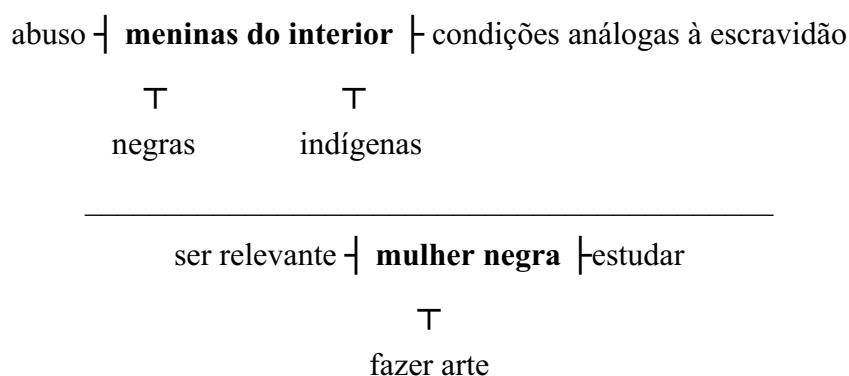
No segundo momento desta sequência enunciativa, temos a conjunção *mas* articulada a expressão *não fomos criadas para isso*, o que produz uma ressalva e repudia as situações de assédio e racismo a qual as meninas do interior são submetidas, ao modo que a expressão *isso* se constitui como uma reescritura de *assumir trabalhos de serviços*. Com isso, o termo

queremos, reescrevendo *meninas do interior* por elipse, articula-se às expressões *estudar*, *fazer arte*, *ser relevantes* e projeta uma nova constituição de sentidos atribuída às mulheres negras, conferindo-lhes o desejo de ganharem protagonismo e fazerem coisas expressivas. Dessa forma, essas relações enunciativas produzem sentido de que, embora a sociedade acredite que as meninas que saem do interior (dentre elas a mulher negra) devam assumir péssimas condições de trabalho ou permitam que elas vivenciem situações de abuso, elas foram criadas para resistir a esta imposição e querem, sobretudo, estudar, fazer arte e serem relevantes.

Nesta configuração, podemos observar um funcionamento diferente, ocorrendo a ocupação de dois lugares distintos. Ao mesmo tempo em que podemos observar o Locutor enquanto *l-mulher negra*, também notamos que a articulação dos termos *aqui* e *acredita-se* configuram um lugar de *não-mulher negra*, o qual não inclui o Locutor, mas entende-se como um enunciador-universal que reafirma uma crença social a respeito das meninas do interior. Assim, ao negar que negras e indígenas devam assumir trabalho de serviçais, o Locutor ocupa um lugar de dizer de enunciador-coletivo, falando pelo grupo de mulheres a qual integra.

Vejamos abaixo o seguinte DSD.

DSD 8:



No DSD 8, o termo *meninas do interior*, ao mesmo tempo em que é determinada por negras e indígenas, também é determinado por *condições análogas à escravidão* e por *abuso* e mantém uma relação de oposição com *mulher negra* sendo determinada por *ser relevante*, *estudar* e *fazer arte*. Este acontecimento recorta o memorável das situações de abuso, exploração e racismo vivenciadas pelas empregadas domésticas, ao mesmo tempo em que recorta um memorável de resistência, na medida em que elas buscam uma posição relevante na sociedade.

4.2.2 Análise – A mulher negra e o Afroempreendedorismo

O segundo texto da revista *Claudia* escolhido para análise trata-se de uma matéria da edição de Novembro de 2019 - mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra - a qual encontra-se em destaque na capa, apresentando a chamada “Poder Afro - Mulheres negras transformam a falta de oportunidades em negócios”. A matéria em questão, veiculada na editoria “Carreira”, apresenta a inserção de mulheres negras nos negócios a partir do título “Sob Nova Direção”, trazendo a experiência de empreendedoras que mudaram as suas realidades de vida abrindo o próprio negócio. Com isso, a revista aborda a discussão acerca da dificuldade dessas mulheres conseguirem um lugar no mercado de trabalho e como o afroempreendedorismo feminino tem modificado esse cenário e possibilitado mais representatividade, valorização da cultura afro e mais oportunidades.

Para a realização da análise, foram selecionados sete recortes, dentre eles a chamada de capa da matéria, o título e cinco depoimentos retirados das entrevistas apresentadas pela revista. Conforme forem apresentados, será possível observar as relações de linguagem que constroem os sentidos de **mulher negra** e quais memoráveis se destacam nesta enunciação.



(Figura 7)²²



(Figura 8)²³



(Figura 9)²⁴

²² *Claudia*, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

²³ *Claudia*, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

²⁴ *Claudia*, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

(Figura 10)²⁵(Figura 11)²⁶(Figura 12)²⁷(Figura 13)²⁸

R9: Poder Afro - Mulheres Negras transformam a falta de oportunidades em negócios (Claudia, novembro de 2019).

No primeiro recorte (R1), o enunciado nos é apresentado como chamada de capa da matéria “Sob Nova Direção”. Neste caso, **mulheres Negras transformam a falta de oportunidades em negócios** é uma reescritura de **Poder Afro** por expansão. Nessa

²⁵ Claudia, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

²⁶ Claudia, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

²⁷ Claudia, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

²⁸ Claudia, novembro de 2019. **Fonte:** Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

reescritura, temos a expressão *Mulheres Negras*, que, ao se apresentar como uma reescritura de **Poder Afro**, coloca as mulheres negras nessa relação de poder. Além disso, nessa reescritura temos uma relação de articulação entre *Mulheres Negras* e *transformam a falta de oportunidade em negócios*, articulação que coloca o *Poder afro* das mulheres negras numa relação direta com aspectos financeiros, já que a falta de oportunidades é transformada por elas em oportunidade de negócios, ou seja, em oportunidades de obter capital financeiro. Neste caso, o enunciado recorta memoráveis de outras enunciações, como por exemplo, “dinheiro é poder” ou “quando se tem dinheiro, tem poder” onde nas quais estabelece sentidos de que o dinheiro constitui relações de poder.

Nesse acontecimento também podemos perceber o funcionamento de um outro memorável através da articulação de *mulheres negras* com *falta de oportunidade*. Desta forma, é possível recortar um memorável financeiro que aponta para a realidade financeira a qual a mulher negra está inserida, constituindo o sentido de que a falta de oportunidades nos negócios condiciona historicamente as mulheres negras. Visto que este acontecimento é constituído num espaço político de enunciação disputado por línguas e falantes, a mulher negra, por conta do poder financeiro atribuído pelo afroempreendedorismo, divide esse espaço, ao modo que aquela que possui dinheiro é incluída e aquela que não possui é excluída.

R10: Sob nova direção - Resgatando e valorizando suas raízes, mulheres negras criam negócios de sucesso, alcançam públicos antes ignorados e impactam suas comunidades. O afroempreendedorismo feminino já é realidade para 4,7 milhões de brasileiras e promete continuar crescendo (*Claudia*, novembro de 2019).

Nessa enunciação, a expressão *mulher negra* é reescriturada, através da repetição, por *mulheres negras* e, em seguida, por *brasileiras*, por meio da especificação. Essa expressão integra-se à primeira parte do enunciado a partir das relações de articulação que estabelece com os termos *resgatando e valorizando suas raízes* e, posteriormente, *criam negócios de sucesso, alcançam públicos antes ignorados e impactam suas comunidades*. Nota-se que a articulação com o termo *suas raízes*, recorta um memorável relacionado a aspectos culturais e históricos, visto que ao enunciar sobre as raízes das mulheres negras, enquanto a identidade e a memória de seu povo, instaura sentidos de resgate e valorização da cultura afro como forma de criar negócios de sucesso, alcançar públicos antes ignorados e impactar suas comunidades.

Na segunda parte do enunciado, a expressão *afroempreendedorismo feminino* articula-se a *já é realidade para 4,7 milhões de brasileiras e promete continuar crescendo*,

em que *brasileiras* reescritura *mulheres negras*. Neste acontecimento, *mulheres negras* mais uma vez estabelece uma relação enunciativa com aspectos financeiros, ao modo que o termo *afroempreendedorismo feminino* aponta para aspectos de raça, negócios e gênero, constituindo esse sentido ao confirmar os dados que comprovam a participação das mulheres negras no cenário do empreendedorismo como uma realidade emergente.

Todo o enunciado analisado nos dois parágrafos anteriores, é uma ampliação do sentido que se apresenta inicialmente no título, ou seja, o texto é uma reescritura por expansão da expressão *Sob nova direção*. Essa reescritura novamente projeta sentidos de que há uma nova configuração no espaço de enunciação, onde se estabelece a afirmação de pertencimento das mulheres negras nos negócios e a redivisão desse espaço para incluí-las. Com isso, segundo Guimarães (2002), entendemos que esse espaço político de enunciação é essencialmente caracterizado por esta disputa, na qual, através do funcionamento da língua, os falantes são divididos pelos direitos ao dizer, ao modo que esse espaço é redividido e transformado pela afirmação do pertencimento dos não incluídos e pela igualdade dos desigualmente divididos.

R11: Por mais representatividade - Empenhada em fazer dar certo, topou. Mas mudou sua apresentação nas redes sociais, fortalecendo seu perfil. Também deixou para trás os fios alisados. As primeiras campanhas apareceram e a nova rede profissional de Regina foi se firmando. Ela percebeu que constantemente era consultada para indicar profissionais da área e que poderia fazer diferença colocando outras modelos negras em evidência. Foi então que abriu as portas da Hutu Casting, agência que insere mais modelos negros no mercado, gerando oportunidades de desenvolvimento econômico para eles. Já são cerca de 300 pessoas no portfólio da empresa. (*Claudia*, novembro de 2019)

Começamos esta análise destacando que R11 é uma reescritura por expansão de *por mais representatividade*. Nesse acontecimento, o termo *mulher negra* aparece apenas reescriturado como elemento elíptico, sem necessariamente estar explícito no texto. Há, então, uma omissão do termo, no qual este é percebido pela conjuntura linguística do enunciado e também pelos aspectos imagéticos que constituem a matéria. Assim, inicialmente, *mulher negra* reescritura-se por elipse e estabelece uma relação com as expressões *mudou sua apresentação nas redes sociais, fortalecendo seu perfil e também deixou para trás os fios alisados*. Nota-se que estas relações de articulação constituem o sentido de representatividade, ao modo que a necessidade de apresentar-se de forma diferente significa enquanto uma maneira de fortalecer seu perfil e assumir os fios naturais para evidenciar a estética afro, a fim de melhor representar um grupo.

Posteriormente, *mulher negra* é reescriturada pelo pronome *ela*, através do mecanismo de substituição, ao modo que também articula-se com *percebeu que constantemente era consultada para indicar profissionais da área e poderia fazer diferença*, em que *colocando outros modelos negros em evidência* reescritura a expressão *poderia fazer diferença*. Neste momento, o enunciado novamente projeta o sentido de representatividade, visto que, a partir da inclusão de mais modelos negros no mercado de trabalho, aponta uma forma de representação social da população negra na moda, redesenhando este espaço. Desta forma, de modo que colocá-los em destaque configura uma diferença, também podemos recortar um memorável que estabelece sentidos de que o padrão estético em evidência, até então, na televisão, nas revistas e nas campanhas publicitárias era o de pessoas brancas. É nesse sentido que a mídia condiciona mulheres a se sentirem inferiores. Com isso, segundo Naomi Wolf (1992), o padrão de “beleza” é estimulado inconscientemente nas mulheres como um mecanismo político de controle que impulsiona as desigualdades. No livro “O Mito da Beleza”, Wolf (1992, p. 352-353) exemplifica como esse padrão estético em evidência na mídia influencia, em contrapartida, esse apagamento da mulher não branca:

Feições raciais não brancas são "deformidades" também. A propaganda da Poutney Clinic oferece "uma aparência ocidental para os olhos" da oriental a quem "falta uma dobra bem definida na pálpebra superior". O texto elogia "o nariz caucasiano ou 'ocidental' ", ridiculariza "os narizes asiáticos" os "afro-caribenhos ('com a extremidade gorda e arredondada que precisa de correção') e os "narizes orientais ('com a extremidade... perto demais do rosto')". Além disso, "o nariz ocidental que exige correção invariavelmente exibe algumas das características dos narizes [não brancos]... embora o trabalho, necessário seja mais sutil".

No recorte a seguir, veremos novamente sentidos de representatividade, no entanto, poderemos observar um novo funcionamento associado. Vejamos.

R12: Público certo - Inovação e criatividade são as palavras que guiam o trabalho da museóloga Débora da Luz Nascimento, 29 anos. Em 2017, com o sócio Bruno Brigida, a paulistana fundou o Clube da Preta para levar aos consumidores produtos de marcas pequenas e médias criadas por pessoas negras. Havia notado que esses empreendedores, concentrados nas periferias das cidades, tinham dificuldade para escoar sua produção. Começou reunindo apenas cinco assinaturas. Agora já são 500, a maioria de moda e beleza (*Claudia*, novembro de 2019).

Em R12, embora a expressão *mulher negra* não esteja presente no enunciado, ela aparece reescriturada por substituição por *Débora da Luz Nascimento* que, por sua vez,

reescritura-se por *paulistana* e, através de elipse do pronome *ela*, por *havia e começou*. A partir dessas relações enunciativas, podemos destacar que as expressões descritas articulam-se inicialmente com *museóloga e fundou o Clube da Preta*. É interessante observar que *preta* também é uma reescritura de *mulher negra*, e sequencialmente articula-se com *para levar aos consumidores produtos de marcas pequenas e médias criadas por pessoas negras*. Posteriormente, é estabelecida uma articulação de *mulher negra* com **esses empreendedores** que se articula com *tinham dificuldade para escoar sua produção*. Por fim, a nomeação Débora, através da elipse de *clube da Preta* antes de *começou reunindo*, também articula-se com *apenas cinco assinaturas e agora já são 500*.

A partir da análise descrita acima, podemos retomar sentidos constituídos em outros recortes. Ao fundar um clube de assinaturas para consumidores negros mobiliza-se o sentido de afroempreendedorismo feminino, ao modo que, ao priorizar marcas pequenas e médias criadas por negros, podemos observar a retomada do sentido de representatividade. Em seguida, ao enunciar sobre a dificuldade da população das periferias para escoar sua produção, rememoramos o sentido de falta de oportunidade nos negócios que tratamos no primeiro recorte. Também podemos encontrar novamente um memorável financeiro presente, que destaca-se através dos sentidos que são constituídos na ascensão de crescimento nos negócios e atribui-lhe poder, onde Débora passa de cinco a 500 assinaturas.

O texto que acabamos de analisar é uma reescritura de *público certo* - título atribuído a essa enunciação. Deste modo, observamos que levar produtos de beleza e moda para negros, priorizando marcas criadas por pessoas negras e empreendedores das periferias, ajudam a construir o sentido de público certo.

R13: Pratos que ensinam - Para aproveitar ao máximo suas habilidades e ensinar as pessoas, ela oferece oficinas de culinária fora da Bahia. Mas há outra conquista a destacar. Cada vez mais, Lili vem deixando de lado o título de Chef para ser chamada de empreendedora. ‘Há cinco anos, eu estava vendendo comida na praia e, agora, estou reformando meu restaurante para ampliar o espaço. Isso é grande’, diz, emocionada. (Claudia, novembro de 2019)

Em R13, *mulher negra* encontra-se reescriturada, através da substituição, pelo pronome *ela*, *Lili*, *Chef* e *empreendedora* e *eu*. Além disso, *mulher negra* também é reescriturada por elipse e articula-se com *estava vendendo* e *estou reformando*. Locutor, lx, enunciador.

As reescrituras de *mulher negra* inicialmente estabelecem uma relação de articulação com *para aproveitar ao máximo suas habilidades e ensinar as pessoas* e com *oferece oficinas*

de culinária fora da Bahia. Na sequência, o termo *mas* é uma articulação que relaciona-se com *há outra conquista a destacar*, projetando uma ressalva e que, ao modo que *Lili* articula-se com *vem deixando de lado o título de Chef para ser chamada de empreendedora*, a palavra *conquista* reescritura *empreendedora*. Deste modo, podemos observar que oferecer oficinas de culinária fora da Bahia e ensinar as pessoas em outros estados representa uma conquista. Outra conquista destacada no enunciado é determinada pela condição de tornar-se empreendedora. Nota-se que a palavra *conquista* sustenta o sentido de *empreendedora*, mostrando-nos a grandiosidade atribuída a função de empreender, ao modo que o argumento de que, com o passar do tempo, deixar de ser *Chef* para tornar-se *empreendedora* se qualifica, em uma escala hierarquizada, como um feito superior do que as suas habilidades.

No acontecimento que descreveremos agora, a reescritura de *mulher negra* articula-se com *estava vendendo comida na praia e agora, estou reformando meu restaurante para ampliar o espaço*, onde estas expressões são reescrituradas, através da expansão, por *isso é grande*. Neste caso, deixar de vender comida na praia para ampliar seu restaurante constitui sentido de algo admirável, de um feito grandioso. Este sentido estabelece, mais uma vez, uma relação com aspectos financeiros, ao modo que determina o poder, não por suas habilidades culinárias ou por estar na praia vendendo comida, mas por conseguir sucesso ao empreender.

Nesse recorte, a reescrituração do texto pelo título - *pratos que ensinam* - projeta o sentido de que as habilidades de cozinheira atribuíram condições para aprender outra função: empreender.

R14: Mais oportunidades - Durante a faculdade, a paulistana Liliane Rocha, 37 anos, conseguiu seu primeiro estágio em uma multinacional. Ela atribuiu a oportunidade a uma gestora preocupada em incluir minorias no ambiente corporativo. Depois dessa experiência, passou por diferentes companhias até assumir a função de representante da América Latina em uma mineradora. Apesar do aumento salarial, ela não ocupava formalmente o cargo. ‘Percebi que a promoção poderia não sair e que seria difícil chegar ao topo’, conta Liliane. Resolveu então deixar a estabilidade do emprego para empreender (*Claudia*, novembro de 2019).

Em R14, a expressão *mulher negra* tem um funcionamento parecido com o que observamos em R13. Aqui, *mulher negra* também encontra-se reescriturada por um nome próprio - *Liliane Rocha* - que, por sua vez, é reescriturada por *paulistana*, *ela*, *Liliane* e, através de elementos elípticos, também pode ser percebida a partir das palavras *passou*, *percebi* e *resolveu*. Inicialmente, *mulher negra* está articulada com as expressões *conseguiu seu primeiro estágio em uma multinacional e atribuiu a oportunidade a uma gestora*

preocupada em incluir minorias no ambiente corporativo, em que *oportunidade* reescritura *estágio em uma multinacional* e a palavra *minorias* estabelece uma relação de sentido com *mulheres negras*, determinando que estas constituem apenas uma pequena parte naquele ambiente de trabalho. É interessante perceber também que *incluir minorias* estabelece uma relação com aspectos políticos, ao modo que pode ser determinada pelo sentido de ações afirmativas, buscando reverter uma situação de desvantagem que acomete um grupo. Nessa perspectiva, notamos também um outro aspecto a ser destacado, o da desigualdade social que posiciona mulheres negras. A partir dessa problemática, retomamos o conceito de interseccionalidade como um importante mecanismo de identificar os meios que limitam as chances de sucesso de mulheres negras e pensar em pontes que possam estabelecer uma integração entre o contexto histórico em que vivemos e as políticas públicas que podem e devem ser adotadas. Segundo Crenshaw (2002, p. 16), “a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas”.

Dando continuidade as análises deste recorte, *mulher negra* também articula-se com *passou por diferentes companhias e até assumir a função de representante da América Latina em uma mineradora*. A expressão *apesar do aumento salarial* é uma articulação com *ela não ocupava formalmente o cargo*, onde em seguida, *percebi que a promoção poderia não sair e que seria difícil chegar ao topo e deixar a estabilidade do emprego para empreender* também estabelecem uma relação de articulação com *mulher negra*. A partir dessas articulações, também é possível recortar um memorável relacionado a aspectos financeiros, pois constitui sentidos de a experiência de trabalho não atribui poder a mulher negra, visto que, apesar do aumento salarial, faltava-lhe oportunidades de crescer dentro da empresa. O que atribui visibilidade a esta mulher está na condição de empreender. A circulação desses sentidos se confirma também a partir da reescrituração do texto pelo título - *por mais oportunidade*, significando ao modo que estabelece uma relação onde tornar-se empreendedora pode atribuir mais chances da mulher negra chegar ao topo e crescer financeiramente.

R15: De olho nos desejos - Cursar ensino superior era o sonho de Camila Reis, 30 anos. Ela seria a primeira de sua família a frequentar a faculdade. Esperava assim encontrar um bom emprego. Na reta final dos estudos de gestão comercial, o ímpeto empreendedor surgiu ao constatar a falta de opções de produtos de qualidade para cabelos crespos, especialmente os óleos vegetais (Claudia, novembro de 2019).

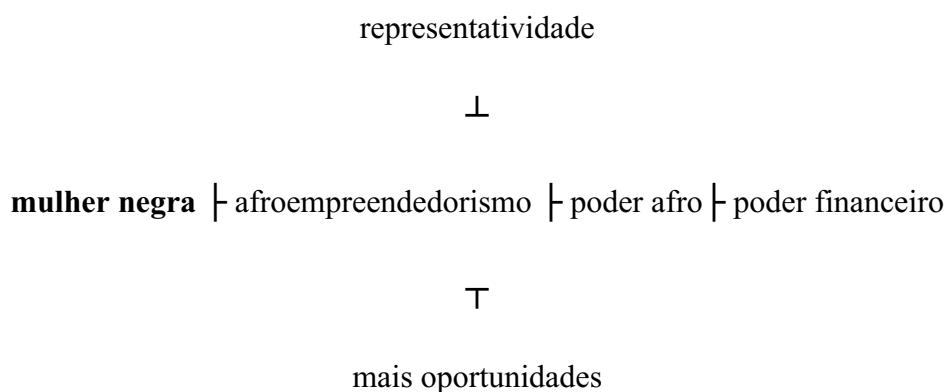
Em R15, *mulher negra* é reescriturada, através da substituição, por *Camila Reis* e pelo pronome *ela* e articula-se com *cursar ensino superior e primeira de sua família a frequentar a faculdade*, onde a palavra *sonho* reescritura *cursar ensino superior*. Nesse acontecimento, podemos destacar a rememoração de sentidos presentes em outras análises, relacionados à falta de oportunidades. Ser a primeira da família a ir para a faculdade determina uma maior acessibilidade à educação no país e, mais uma vez, redivide este espaço de enunciação onde a população negra, antes com acesso limitado à educação, agora reafirma seu pertencimento numa disputa pela igualdade daqueles que são excluídos dessa normatividade.

Em seguida, a expressão *mulher negra* aparece a partir da reescritura por elipse e articula-se a *esperava e constatar*. Estas reescritura, por sua vez, está articulada com as expressões *esperava assim encontrar um bom emprego, o ímpeto empreendedor surgiu ao constatar a falta de opções de produtos de qualidade para cabelos crespos*. A partir dessas relações, a circulação de sentidos aponta que a ação de empreender surgiu a partir de uma necessidade específica de pessoas negras, onde empreender é determinado por encontrar um bom emprego. Além disso, a falta de produtos de qualidade para cabelos crespos recorta um memorável de exclusão, instaurando o sentido de que as necessidades desse grupo são postas à margem pelo mercado.

Nesta análise, a expressão *de olho nos desejos* reescritura R15. Com isso, podemos observar que o sonho de entrar para a faculdade e encontrar um bom emprego determinam o sentido de *desejos*.

Dando continuidade à análise, de acordo com as relações linguísticas presentes nos recortes apresentados acima, foi possível chegar a uma representação da significação produzida enunciativamente neste acontecimento, mobilizando o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), como uma interpretação do próprio processo de análise (GUIMARÃES, 2009). Temos assim, o DSD 9:

DSD 9:



No DSD acima, a expressão *mulher negra* é determinada pela palavra *afroempreendedorismo* que é determinado por *representatividade*, *mais oportunidades* e por *poder afro*. Este último, por sua vez, é determinado por *poder financeiro*. Esta relação de determinação nos chama atenção na medida em que o poder afro se constitui a partir do poder financeiro, visto que em todas as análises apresentadas percebemos que o destaque atribuído à mulher negra nesse acontecimento não se dá pela capacidade de mudar realidades a partir do seu talento, história de vida ou experiências, mas por obter sucesso ao tornar-se empreendedora e, com isso, ter dinheiro.

Constatar essa falha possibilita alcançar públicos antes ignorados e impactar comunidades, ratificando os sentidos que determinam o afroempreendedorismo em análises anteriores.

Após as análises da Revista *Cláudia*, daremos continuidade ao estudo dos sentidos da expressão *mulher negra*, agora, na Revista *Marie Claire*. A seguir, poderemos ver novamente a mobilização de sentidos da *mulher negra* também associados à aspectos financeiros e ao mercado de trabalho, apontando para um funcionamento enunciativo semelhante às análises que acabamos de ver.

4.3 Os sentidos de mulher negra na Revista Marie Claire

4.3.1 Análise – *Você é o seu trabalho?*



(Figura 14)²⁹

²⁹ *Marie Claire*, abril de 2019. **Fonte:** A voz do Feminismo: Revista Marie Claire. São Paulo, SP: Editora Globo, 2019-Mensal, p. 83.

Dando continuidade às análises das revistas femininas, trataremos agora dos textos retirados da *Marie Claire*. A matéria escolhida integra a edição de aniversário da revista, de abril de 2019, compondo a editoria “@Work” (palavra oriunda da língua inglesa que quer dizer “trabalho”), em que o periódico aborda assuntos relacionados ao mercado e à carreira profissional de mulheres. A partir do título “Você é seu trabalho?”, *Marie Claire* apresenta empreendedoras que abriram negócios baseados em um propósito maior de melhorar a vida de pessoas ou grupos marginalizados. Uma das personagens em questão, trata-se de uma mulher negra. Vejamos o primeiro recorte:

R16: Você é o seu trabalho? – Traçar um objetivo para além do lucro nunca foi tão importante para os negócios. *Marie Claire* conversou com empreendedoras que transformaram suas vidas – e o mercado – ao investir em empresas que realmente acreditam (*Marie Claire*, abril de 2019).

Em R16, a palavra *empreendedoras* trata-se, neste acontecimento, de uma reescritura de *mulher negra* por condensação, atribuindo-lhe sentido de generalização, considerando que a revista adjetiva as mulheres apresentadas na matéria a partir da habilidade de empreender negócios com uma proposta que vai além da lucratividade. Esta reescrituração de *mulher negra* estabelece uma articulação com *transformaram vidas e o mercado ao investir em empresas que realmente acreditam*. A partir dessa relação enunciativa, notamos que ao empreender, essas mulheres redividem o espaço político de enunciação em questão, afirmando o seu pertencimento no mercado de trabalho, espaço, até então, marcado pela predominância de outros dizeres. Observamos ainda, através da futuridade de sentidos de que os negócios dessas mulheres estão mudando vidas e redesenhando o mercado, aspectos que indicam a presença de um memorável financeiro.

O título que dá nome a matéria, *você é o seu trabalho*, estabelece uma articulação com *mulheres negras*, visto que o pronome *você* é uma reescrituração de *empreendedoras*. Desse modo, o enunciado projeta sentidos de que, neste caso, identificar-se com o propósito do investimento é o que faz com que esse seja um objetivo além do lucro nos negócios. Isso implica dizer que se a empreendedora é o seu trabalho, isso faz com que ela invista em um propósito em que realmente acredita para sua empresa. Vejamos no próximo recorte como o enunciado significa o conceito de propósito:

R17: *Ikigai* é uma antiga filosofia japonesa que não tem tradução literal para o português, mas, em linhas gerais, é o motivo pelo qual levantamos da cama todos os dias, trabalhamos horas a fio e, quando há *Ikigai*, voltamos

para casa satisfeitos, realizados e, mais importante, tendo contribuído para um mundo melhor. No universo corporativo, esse conceito ganhou outro nome: propósito. (*Marie Claire*, abril de 2019)

No recorte descrito acima, podemos observar que a palavra *Ikigai* é reescritura por expansão, de modo que tem seu sentido desenvolvido pelos termos *motivo pelo qual levantamos da cama todos os dias, trabalhamos horas a fio e voltamos para casa satisfeitos realizados e, mais importante, tendo contribuído para um mundo melhor*. O referido enunciado, bem como a expressão *Ikigai*, são também reescriturados por condensação e pela definição, respectivamente, pelo termo *propósito*. Assim, esse acontecimento de linguagem, estabelecendo um paralelo com o recorte anterior, projeta uma futuridade de que empreender com propósito exige motivação, dedicação e altruísmo.

R18: Inclusão como propósito – A psicóloga Maitê Lourenço, 34 anos, decidiu empreender em 2010, quando, ao trabalhar em um grande site de currículos, percebeu que não havia quem os preparasse para uma parte da mão de obra profissional: os assistentes. Montou, em parceria com uma amiga, um site para oferecer o serviço. [...] “Decidi, então, buscar soluções tecnológicas para o meu problema”, diz Maitê. Começou a frequentar eventos de startups e inovação. “Nesses lugares, fazia o teste do pescoço: levantava a cabeça para ver quantos negros havia. Era sempre a única.” Passou então a atuar num grupo de WhatsApp só com empreendedores negros interessados no assunto, o BlackRocks. Após quatro meses de conversas virtuais, decidiu transformá-las em encontros presenciais. Em janeiro de 2016, promoveu uma noite de mentorias: uniu tarimbados profissionais negros e iniciantes. A iniciativa atraiu a atenção de gigantes da tecnologia, como Microsoft e Facebook, que resolveram promover e patrocinar encontros do tipo. No último ano, seu crescimento foi de 726%. O sucesso do negócio? “Para mim, não existe nada que possa ser feito sem propósito.” (*Marie Claire*, abril de 2019)

Em R18, a palavra *inclusão* articula-se a *propósito*. Nesse recorte, a expressão *mulher negra* é reescriturada através da substituição por *Maitê*, constituindo nesse acontecimento dois lugares sociais: o l-empREENDEDORA e o l-mulher negra. A palavra *única* também se apresenta como uma reescritura de *mulher negra*, articulando-se a *levantava a cabeça para ver quantos negros havia e era sempre a única*. É importante destacarmos que a constatação do Locutor como mulher negra se constitui a partir das próprias relações enunciativas do texto, em que ao assumir o lugar de dizer de enunciadador-individual, L confirma seu marcador indenitário de raça. Desse modo, percebemos que há uma mobilização de sentidos que indicam que o empreendedorismo é predominantemente um espaço constituído por pessoas brancas, confirmando a ausência de negros em espaços de discussão empresarial, como eventos de startups e inovação, instaurando, assim, um memorável de exclusão.

A expressão *mulher negra* é reescriturada através da elipse, articulando-se a *passou então a atuar num grupo de WhatsApp só com empreendedores negros interessados no assunto*. Novamente através da elipse, a reescritura de *mulher negra*, articula-se a *promoveu uma noite de mentorias e uniu tarimbados profissionais negros e iniciantes*. Posteriormente, *o sucesso do negócio* é reescriturado por *não existe nada que possa ser feito sem propósito*. Desse modo, fazendo um paralelo entre as relações enunciativas descritas acima e a articulação entre as palavras *inclusão* e *propósito*, componentes do título do referido depoimento, podemos notar que o propósito de l-empresendedora e l-mulher negra está em incluir negros no mercado de trabalho, promovendo um mundo melhor e com mais igualdade possibilitando que pessoas negras tenham mais oportunidades. Com isso, é possível visualizar esta cena enunciativa com a constituição de sentidos tanto de exclusão, através de um memorável que indica aspectos da discriminação racial e da falta de oportunidades como também de inclusão, por meio de sentidos que apontam uma nova configuração do espaço político de enunciação dos negócios a partir de uma maior inserção da população negra nesse cenário.

Nessa direção, apresentamos o DSD 10:

falta de oportunidades — **mulher negra** — exclusão

empreendedorismo — **mulher negra** — inclusão

No DSD acima, *mulher negra*, enquanto l-mulher negra, é determinada por *falta de oportunidades* e por *exclusão*. Em oposição, *mulher negra*, enquanto l-empresendedora, é determinada por *empreendedorismo* e *inclusão*.

De acordo com as relações presentes nesta análise, nota-se que há um lugar historicamente marcado pela exclusão da mulher negra, o qual encontram-se sentidos pautados na discriminação de raça e que condicionam as chances de sucesso da mulher negra, invisibilizando discursos, negando direitos e limitando oportunidades. No entanto, percebe-se, ao mesmo tempo, uma reconfiguração do espaço político de enunciação nos negócios, em que a inserção dos negros nessa normatividade transforma esse espaço em virtude da predominância de outro dizeres agora presentes também.

4.3.2 Análise – Sempre fui a única negra da sala



(Figura 15)³⁰



(Figura 16)³¹

Na categoria “Entrevistas” da *Marie Claire*, selecionamos o segundo texto para análise dessa seção. Trazendo a história de vida de uma bailarina negra, a revista evidencia as experiências que a entrevistada enfrentou enquanto mulher racializada até alcançar sucesso em uma renomada companhia de dança.

Para compreender como os sentidos de mulher negra se constituem nessa materialidade, vamos ao primeiro recorte desta análise:

R19: Ela nasceu em uma favela do Rio de Janeiro, filha de uma empregada doméstica e um funcionário da Força Aérea. Hoje é a primeira-bailarina de uma das companhia de dança mais respeitadas do mundo, em Nova York. Ingrid Silva, 30 anos, cresceu estudando balé em uma turma só de brancos. Até hoje, precisa pintar as sapatilhas de marrom para que fiquem no tom de sua pele. A Marie Claire, entre uma apresentação e outra (são, em média, 100 por mês!), falou sobre representatividade, militância, a pressão da profissão e racismo. (*Marie Claire*, janeiro de 2019)

No recorte acima, em *ela nasceu em uma favela do Rio de Janeiro e filha de uma empregada doméstica e um funcionário da Força Aérea*, as palavras *ela* e *filha* são

³⁰ *Marie Claire*, janeiro de 2019. **Fonte:** Livre, sim: Revista Marie Claire. São Paulo, SP: Editora Globo, 2019-Mensal, p. 30.

³¹ *Marie Claire*, janeiro de 2019. **Fonte:** Livre, sim: Revista Marie Claire. São Paulo, SP: Editora Globo, 2019-Mensal, p. 31.

reescrituras de *Ingrid Silva* por substituição. A expressão *primeira-bailarina* também é uma reescritura de *Ingrid* e articula-se a *companhia de dança mais respeitadas do mundo*. Notamos também que *Ingrid Silva* é uma reescritura de *mulher negra* e estabelece uma relação de articulação com *cresceu estudando balé em uma turma só de brancos*, em que *mulher negra* é novamente reescriturada, dessa vez por elipse, e articula-se a *precisa pintar as sapatilhas de marrom para que fiquem no tom de sua pele*. Além das relações encontradas no texto, identificamos também a constituição do l-mulher negra, a partir da imagens que complementam o sentido da matéria, de modo que, a página ao lado é ilustrada com a fotografia de uma mulher negra, executando um movimento característico do ballet.

A partir dessas relações enunciativas, podemos notar que a trajetória de *Ingrid*, enquanto l-mulher negra, emerge de uma comunidade carente até o mais alto cargo dentro de uma companhia de ballet, como primeira-bailarina, ou seja, como a aquela que exerce os papéis principais, a bailarina principal da companhia. No entanto, instaura-se sentidos que apontam para o aspecto da opressão de raça, visto que a turma de ballet em que estudou não havia bailarinos negros, configurando um espaço predominantemente branco. Esses sentidos também são reforçados pelo fato de que não existem sapatilhas para a cor de pele preta, de modo que é preciso pintá-las. A circulação desses sentidos recorta um memorável de exclusão, caracterizado pela ausência de pessoas negras, bem como pela ausência de representatividade. Vejamos o próximo recorte:

R20: Durante muito tempo sentiu que seu trabalho como bailarina não estava sendo reconhecido. Sofreu assédio sexual. Desenvolveu atividades paralelas ao balé para se sustentar e pensou em desistir muitas vezes. [...] “Seria mais fácil, mas eu sempre encontrava um maneira de sofrer menos, não queria parar”, lembra. “Mas quando vim para Nova York, pensava quase todos os dias em jogar tudo para o alto, me sentia sozinha. Mas minha mãe, que é durona, dizia: ‘Aqui não tem nada para você, seu destino é aí!’” (*Marie Claire*, janeiro de 2019).

Em R20, a expressão *mulher negra* encontra-se reescriturada através da elipse e articula-se com *durante muito tempo e sentiu que seu trabalho como bailarina não estava sendo reconhecido*. Em seguida, ocorre outras três reescrituras, em que a elipse da expressão *mulher negra* estabelece uma articulação, respectivamente, com *sofreu assédio sexual*, *desenvolveu atividades paralelas ao balé para se sustentar e pensou em desistir muitas vezes*. A expressão *mulher negra* também é reescriturada o pronome *me*, de modo que articula-se aos termos *sentia sozinha*. A partir dessas relações, podemos observar um outro funcionamento além da opressão de raça. Com isso, identificamos sentidos que também

indicam aspectos da opressão de gênero, determinada pelo assédio sexual que sofreu. Junto a isso, os sentidos de solidão que se constituem nessa cena, instauram novamente um memorável de exclusão, considerando que o sofrimento ocasionado pela opressão de raça e gênero faz com que l-mulher negra se sinta segregada por tal condição.

Em seguida, vejamos R21:

R21: A Ingrid de hoje é uma referência inédita para meninas negras no Brasil. E não apenas pelo o que ela é. Mas pela maneira como se posiciona. Pelas redes sociais demonstra sua disposição para apontar desigualdades e abrir olhares. A bailarina, que tem formação artística vinda de um projeto comunitário, é ativista e quer inspirar muitas outras brasileiras a calçar sapatilhas e chegar longe. (*Marie Claire*, janeiro de 2019)

No recorte acima, *Ingrid* é uma reescritura de *mulher negra* que, por sua vez também se reescritura como *referência inédita para meninas negras no Brasil*. Posteriormente, a reescritura de *mulher negra* pelo pronome *se* estabelece uma articulação com *posiciona*, assim também como a reescritura de *mulher negra* por elipse articula-se a *demonstra sua disposição para apontar desigualdades e abrir olhares*. Encontra-se novamente a reescritura da expressão *mulher negra* nas palavras *bailarina* e *ativista*, articulando-se dessa vez com *que tem formação artística vinda de um projeto comunitário e quer inspirar muitas outras brasileiras*.

Neste acontecimento de linguagem, os lugares sociais de l-bailarina e l-mulher negra, ao constituir-se enquanto uma referência inédita, indica que este espaço político não é ocupado frequentemente por mulheres racializadas e que sair da favela para torna-se uma bailarina de destaque em uma importante companhia de dança, recorta sentidos de que esta é uma exceção dentro dessa normatividade, apontando mais uma vez para um memorável de exclusão.

Desse modo, de acordo com as relações enunciativas encontradas nas análises dos recortes apresentados, chegou-se ao seguinte DSD 11.

DSD 11:

exclusão ┤ **mulher negra** ┤ poucas oportunidades

T

dupla opressão

referência | **bailarina negra** | inspiração

T

exceção

No DSD apresentado, *mulher negra* é determinado por *poucas oportunidades*, *exclusão* e por *dupla opressão*, em oposição a *bailarina negra* que é determinada pelos temas *referência*, *inspiração* e *exceção*. Com isso, nota-se que, enquanto ocupante do lugar social de mulher negra, L enfrenta inúmeros desafios condicionados pela cor de sua pele ou pelo fato de ser mulher e, por isso, superar a realidade e transformá-la em sucesso ao ocupar um lugar social de bailarina, faz com que a mulher negra se torna um exemplo para outras mulheres que também enfrentam a falta de oportunidades e a discriminação frequente em seu cotidiano.

A seguir, partiremos para as análises da Revista Vogue Brasil apontando para a constituição de sentidos da palavra *mulher negra*, observando um funcionamento associado a aspectos financeiro, como nas análises acima, mobilizando mais uma vez *poder* e *Interseccionalidade*.

4.4 Os sentidos de mulher negra na Revista *Vogue Brasil*

4.4.1 Análise – Poder para todos

Nessa subseção, continuaremos estudando os textos das revistas femininas, agora, com as análises da *Vogue Brasil*. O primeiro texto selecionado, refere-se a edição de maio de 2019, retirado da categoria “Fala-se de livros”, em que a revista traz obras produzidas por autoras e/ou destinadas ao público feminino. A matéria em questão apresenta a obra e vida de uma mulher negra, ativista e autora de um livro que aborda a desigualdade social.

(Figura 17)³²(Figura 18)³³

Em seguida, daremos início a análise com o recorte R22:

R22: Poder para todos - Em seu livro de estreia, a ativista Luana Génot chama a atenção para a questão da desigualdade racial no mercado de trabalho e desafia o leitor a buscar caminhos para a inclusão. [...] No livro, ela faz um raio X da influência da cor da pele na trajetória profissional e convida leitores a abraçar sua causa - independentemente da origem. "A função de cada pessoa é essencial na luta pela igualdade. O branco que entende seu papel no mundo sabe que uma sociedade mais inclusiva é algo bom para todos", justifica (*Vogue Brasil*, maio de 2019).

Neste acontecimento enunciativo, *mulher negra* é reescriturada através da substituição por Luana Génot. Esta constatação se estabelece por meio dos elementos imagéticos que complementam o sentido do texto, em que as ilustrações de composição da matéria e a capa do livro retratado, apresentam a imagem da autora, uma mulher negra sorrindo, cabelo black power, posando com o braço em posição que traduz força. Desse modo, a reescritura de *mulher negra* se articula ao enunciado *chama a atenção para a questão da desigualdade racial no mercado de trabalho e desafia o leitor a buscar caminhos*

³² *Vogue Brasil*, maio de 2019. **Fonte:** Vogue celebra seus 44 anos: Revista Vogue Brasil. São Paulo, SP: Edições Globo, 2019-Mensal, p.154.

³³ *Vogue Brasil*, maio de 2019. **Fonte:** Vogue celebra seus 44 anos: Revista Vogue Brasil. São Paulo, SP: Edições Globo, 2019-Mensal, p.155.

para a inclusão. Em seguida, o pronome *ela* reescritura *mulher negra* por substituição e articula-se a *faz um raio X da influência da cor da pele na trajetória profissional*, constituindo a ocupação dos lugares sociais de l-mulher negra e l-autora. Percebemos então que a necessidade de inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho acusa a constituição de sentidos de que não há poucas oportunidades de emprego para este grupo de pessoas, configurando, assim, uma desigualdade social marcada predominantemente pelo marcador identitário de raça.

As relações enunciativas descritas acima apontam para a constituição de um memorável de exclusão, determinado historicamente pela discriminação racial. Este memorável recorta o período pós abolição da escravidão no Brasil, em que a população negra, foram libertos sem que fossem indenizados ou que se instituíssem política pública de assistência a essas pessoas. Desse modo, sem assistência, os negros foram estigmatizados pela cor da pele, além de terem menos oportunidades de educação e emprego. Atualmente, ainda podemos perceber a circulação desses sentidos.

É importante ressaltarmos que o título da matéria também complementa esses sentidos. Na expressão *poder para todos*, a palavra *todos* é uma reescritura por totalização dos brancos e negros, incluindo-a na normatividade do espaço político de enunciação do mercado de trabalho, configurando a disputa e redivisão constante desse espaço pela afirmação de pertencimento dos excluídos ou não-incluídos.

R23: Entre os entrevistados também estão o ator Bruno Gagliasso e a atriz Maria Gal e, a partir das suas trajetórias, Luana sinaliza a raça e o gênero como diferencial competitivo. "São atores com a mesma faixa de idade, mas não com as mesmas oportunidades, sobretudo no recorte publicitário. A branquitude de Bruno dá a ele benefícios de conseguir mais papéis em campanhas. Já ter a cor de pele preta como a de Maria Gal ainda é motivo de recusa", explica. (*Vogue Brasil*, maio de 2019)

Em R23, *Luana* é uma reescritura de *mulher negra* e articula-se com os termos *sinaliza a raça e o gênero como diferencial competitivo*. Em *são atores com a mesma faixa de idade, mas não com as mesmas oportunidades*, a palavra *atores* é uma reescritura de *Bruno Gagliasso* e *Maria Gal* por totalização, ao mesmo tempo em que *Maria Gal* também é uma reescritura de *mulher negra*. A partir da comparação estabelecida entre os sentidos que se apresentam entre *Bruno Gagliasso*, enquanto homem branco, e *Maria Gal*, enquanto mulher negra, projeta-se uma futuridade de que a raça e o gênero determinam uma maior recusa de oportunidades, constituindo sentidos de uma dupla opressão marcada, respectivamente, pelos marcadores identitários em questão. O argumenta que sustenta o sentido de *Bruno* como

branco encontra-se na articulação deste substantivo com a palavra *branquitude*, assim como *Maria Gal* articula-se aos termos *sua cor de pele preta*, marcando aí o sentido de raça relativo ao substantivo feminino em questão.

Complementando os sentidos que configuram a dupla opressão de raça e gênero, o substantivo *Bruno* articula-se aos termos *dá a ele benefícios de conseguir mais papéis em campanhas*. Enquanto que *Maria Gal* articula-se *ainda é motivo de recusa*. Estas relações enunciativas destacam a divisão desigual desse espaço político de enunciação caracterizado pela disputa do dizer, em que a mulher negra não está incluída nessa normatividade, em nome do privilégio do homem branco, recortando um memorável de exclusão. Com isso, chegamos ao DSD 12:

exclusão — **mulher negra** — falta de oportunidades

T

dupla opressão

privilégios — **homem branco** — mais oportunidades

No DSD acima, *mulher negra* é determinada por *exclusão, falta de oportunidade e dupla opressão*. Em oposição, temos *homem branco* sendo determinado por *privilégios e mais oportunidades*.

4.4.2 Análise – *Meu palco, minhas regras*

Para compreendermos como os sentidos da expressão mulher negra encontram-se dispostos na *Vogue Brasil*, selecionamos o segundo texto para análise, apresentando recortes da matéria intitulada “Meu palco, minhas regras”, encontrada na edição de fevereiro de 2019. No texto em questão, componente da categoria “Fala-se de cinema”, a revista aborda a estreia do documentário que retrata a história e carreira de uma mulher negra transexual que ganhou destaque como *rapper*.

(Figura 19)³⁴(Figura 20)³⁵

Para dar início as análises dessa subseção, vejamos R24:

R24: A revolução já começou na periferia de São Paulo. Ela está nos costumes, no corpo e principalmente na música de Linn da Quebrada. A cantora trans –ganhou espaço na cena musical graças às suas desaforadas faixas que desafiam escancaradamente as definições de gênero, classe e raça [...] (Vogue Brasil, fevereiro de 2019).

No recorte acima, *Linn da Quebrada* é uma reescrituação de *mulher negra* por substituição que também é reescriturada por *cantora trans*, articulando-se, com *ganhou espaço na cena musical graças às suas desaforadas faixas que desafiam escancaradamente as definições de gênero, classe e raça*. Observa-se também que a palavra *revolução* é reescriturada por *ela* e articula-se a *nos costumes, no corpo e principalmente na música*.

A partir das relações observadas no texto, percebe-se que a constituição dos sentidos da expressão *mulher negra* aponta para aspectos de diferentes marcadores identitários, como o gênero, a raça, a classe e a sexualidade; os quais também determinam sua produção artística. Esta, por sua vez, instaura sentidos de revolução, indicando uma reconfiguração de padrões já estabelecidos, confirmando-se tal sentido também a partir da articulação com o termo

³⁴ Vogue Brasil, fevereiro de 2019. **Fonte:** Extravagante Ma Non Troppo: Revista Vogue Brasil. São Paulo, SP: Edições Globo, 2019-Mensal, p.58.

³⁵ Vogue Brasil, fevereiro de 2019. **Fonte:** Extravagante Ma Non Troppo: Revista Vogue Brasil. São Paulo, SP: Edições Globo, 2019-Mensal, p.58.

desaforadas. A palavra *desafiam*, nesta cena enunciativa, também instaura sentidos de que há um caráter de denuncia em suas músicas, projetando a futuridade de que ao denunciar a vulnerabilidade sinalizada pelos marcadores sociais de l-mulher negra trans, L reestrutura o espaço político de enunciação do cenário musical, incluindo-se em um normatividade que a excluía. Esses sentidos também podem ser encontrados em R25:

R25: A Linn da Quebrada nasceu de fato nos palcos, aos 24 anos, quando colaborou com um coletivo de performance na Fazenda da Juta, na Zona Leste de São Paulo, onde vive até hoje. Daí se formou como artista performática na Escola Livre de Teatro (ELT) de Santo André, onde conheceu a cantora e compositora (também trans) Liniker, de quem ficou bff. Desde então, Linn usou o fato de ser negra, trans, rapper e periférica como forma de militância. “Não inventei algo que nunca foi feito, mas vejo meu corpo como um campo de experimentação radical”, argumenta (*Vogue Brasil*, fevereiro de 2019).

Em R25, *Linn* é uma reescritura de *mulher negra* por substituição que articula-se a *usei o fato de ser negra, trans, rapper e periférica como forma de militância*. A expressão *mulher negra* também encontra-se reescriturada através da elipse, estabelecendo uma articulação com *não inventei algo que nunca foi feito e mas vejo meu corpo como um campo de experimentação radical*, projetando sentidos de que utilizar sua história e experiências de vida para também é uma forma de revolução. Nessa relação, percebemos novamente os marcadores de identidade social determinando L e indicando os sentidos de revolução que a insere em um outro espaço político de enunciação que vai além da favela. Há ainda, através da palavra *militância*, o recorte de um memorável de resistência que reafirma os sentidos encontrados em R24, considerando-se que a L utiliza a música como forma de denunciar a vulnerabilidade de l-mulher negra trans, enquanto determinada pelo gênero, raça, classe e orientação sexual, projetados pelas palavras *negra, trans e periférica*.

A partir desta análise, chegamos ao DSD 13:

militância — **mulher negra** — resistência

⌋

revolução

No DSD acima, *mulher negra* é determinada por *militância, resistência e revolução*.

Após as análises que acabamos de ver, apresentando-nos a constituição dos sentidos da mulher negra nos periódicos femininos *Cláudia*, *Marie Claire* e *Vogue Brasil*, vejamos a seguir a comparação de tais resultados e as considerações acerca do material analisado.

4.5 Considerações

Conforme demonstramos nas análises dos recortes, nota-se que nos textos das revistas femininas instaura-se um conflito de sentidos, tal como também observamos nas análises do livro didático. Esse embate se configura a partir da constituição enunciativa dos sentidos de *mulher negra* que apontam para diferentes caminhos, ainda que, essencialmente, nos tragam reflexões que se complementam na discussão entre a intersecção de raça e gênero. Ao estudar tal funcionamento em três distintos periódicos femininos, com propostas editoriais diferentes e públicos variados, conseguimos ampliar o nosso olhar na busca por compreender como a midiaticização da imagem da mulher racializada contribui na perpetuação de sentidos e estereótipos ou como novos sentidos são projetados quando antigos padrões são quebrados.

Ao retomar os resultados decorrentes de cada análise, de uma maneira geral, percebemos a predominância de sentidos que instauram um memorável de exclusão que caracteriza-se por, mesmo após séculos, continuar rememorando aspectos relativos a escravidão. A partir desse passado de enunciações que remontam os sentidos de racismo, submissão e hegemonia, nota-se que a mulher negra ocupa um lugar periférico, relativo tanto ao homem negro como também em relação a mulher branca, em que constitui-se um lugar pré-determinado socialmente pela falta de oportunidade, para que ocupem trabalhos serviços, para que tenham uma educação precária ou para que tenha suas chances de sucesso limitadas pelas vias do racismo.

Na revista *Claudia*, por exemplo, encontramos sentidos constituídos pela dupla discriminação, determinada tanto por ser mulher como por ser negra, em que a mulher negra, ao sair do quilombo para transformar sua realidade através da liberdade de viver além do que a sociedade pré-determinou como seu lugar, encara o sofrimento condicionado pelo racismo e pelo assédio sexual. Em um segundo momento, quando apresentamos uma matéria sobre o afroempreendedorismo, referindo-se ao poder das mulheres negras nos negócios, além de confirmar os sentidos encontrados na análise anterior, observamos sentidos relativos a falta de representatividade nos negócios, a exclusão e as limitações de oportunidades. Porém, o que, inicialmente, parece apontar para a valorização do direito da mulher negra, nos mostra um outro posicionamento ao tratar do afroempreendedorismo. Há nessa enunciação um

destaque da prática de empreender e um apagamento acerca de outras questões importantes para as mulheres negras, constituindo um memorável financeiro que indica que a visibilidade dessas mulheres não é atribuída ao talento que desenvolveram, pela luta que travaram para conquistarem esses espaços, ou ainda pelos obstáculos impostos socialmente a estas mulheres, mas pelo fato de conquistarem poder econômico ao empreenderem.

Posteriormente, na revista *Marie Claire* encontramos novamente sentidos de mulher negra associados ao trabalho e a falta de oportunidades. Na primeira análise que apresentamos, ao falar do propósito de empreender, nota-se a confirmação desses sentidos a partir da enunciação de que ao frequentar o espaço político dos negócios, é possível perceber a predominância do público de pessoas brancas e uma ausência de pessoas negras. Na análise que apresentamos em seguida, também encontramos sentidos de exclusão da mulher negra. Pensando a partir do lugar de uma bailarina negra, saída da periferia, observamos que o fato de ser a única negra na companhia de dança a qual faz parte e que não há sapatilhas para a sua cor de pele, determina que este espaço também se configura pela predominância de pessoas brancas e não-inclusão de pessoas negras e pela falta de representatividade. Além disso, há ainda a presença de sentidos que novamente instauram uma dupla opressão, tanto pelo preconceito racial como pelas experiências marcadas pelo abuso sexual.

Por fim, na revista *Vogue Brasil*, retomamos os sentidos de poder associados a mulher negra que, nesse acontecimento, articula-se a aspectos da desigualdade social, propondo-nos uma comparação entre as posições sociais de mulher negra e homem branco. Desse modo, estabelece-se sentidos de que em virtude da masculinidade e da branquitude, resulta-se uma dupla discriminação, tanto por ser mulher e como também por ser negra, em que o poder aqui enunciado mobiliza sentidos associados a oportunidades de crescimento para as mulheres negras. Em nossa segunda análise da *Vogue*, os marcadores identitários de raça, gênero, classe e sexualidade determinam a constituição de mulher negra dentro do acontecimento linguístico em questão. Nesse caso, os sentidos de mulher negra instaurados, indicam uma contraposição entre os sentidos de militância, resistência e revolução para com os sentidos de uma ampla opressão, por ser mulher *trans*, poder negra e por ser pobre.

Os sentidos encontrados, portanto, apontam para como o olhar preconceituoso da sociedade interfere na distribuição de lugares enunciativos da mulher negra em espaços políticos que a excluem em decorrência das vias do sexismo e do preconceito racial e, desse modo, condicionam o quadro da desigualdade social no Brasil. No entanto, por outro lado, também não podemos deixar de destacar que, a partir das relações enunciativas encontradas nas revistas femininas, percebe-se que há uma mobilização desses lugares, transformando

constantemente determinados espaços políticos, como os negócios, por exemplo, em que a mulher negra ao assumir lugares, até então predominantemente branco, ela redivide esse espaço em nome da inclusão daquelas que são historicamente excluídas pela normatividade do dizer.

O que nos chama atenção ainda é a forma como cada uma das revistas aborda a intersecção entre raça e gênero, dentre outros marcadores de identidade social, de tal modo que esta investigação aponta para uma superficialidade de algumas discussões. Acerca dessa invisibilidade interseccional que inferioriza as diferenças intragrupo, Crenshaw nos apresenta essa questão a partir do termo da “subinclusão”. É a partir dessa conceituação que podemos visualizar os meios que viabilizam a ocultação dos eixos de opressão que acomete mulheres negras. Com isso, a autora (2002, p. 175) nos propõe pensar que:

Uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero porque não faz parte da experiência das mulheres de grupos dominantes. Uma outra situação mais comum de subinclusão ocorre quando existem distinções de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo étnico ou racial.

Desse mesmo modo, a partir da lógica contrária, há uma outra abordagem de invisibilidade interseccional apresentada por Crenshaw que nos aponta quando mulheres negras são intersectadas por seus marcadores sociais e tais problemas são tratados apenas como opressões sob o aspecto de gênero. Sobre essa conceituação, Crenshaw (2002, p. 174) afirma que:

A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ser exercido em tal circunstância. O problema dessa abordagem superinclusiva é que a gama total de problemas, simultaneamente produtos da raça e gênero, escapa de análises efetivas. Por consequência, os esforços no sentido de remediar a condição de abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto é a compreensão na qual se apoia a intervenção.

Assim, a abordagem simplista, em alguns momentos, impede que se vá além na problematização dos problemas associados à mulher negra. E, com isso, nota-se que as três revistas apresentam histórias de sucesso, mulheres negras que transformam lugares desprivilegiados em lugares dignos de visibilidade. No entanto, fica a percepção de que falta

promover discussões mais complexa sobre como a intersecção das categorias de gênero, raça, classe e sexualidade impactam as dificuldades destas mulheres transformem suas realidades. Para que todas as mulheres entendem as diferenças entre si e os lugares de onde partem suas jornadas, é preciso pensar quais problemas determinam suas vidas. Só assim podemos começar a construir uma consciência de igualdade e justiça entre as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que discutimos nesta pesquisa, os estudos realizados até aqui nos possibilitaram compreender quais sentidos de mulheres negras estão em circulação no espaço político brasileiro. Assim, desde os resultados encontrados no livro didático, partindo do espaço de enunciação escolar, assim como as discussões provenientes das análises das revistas femininas, correspondentes ao espaço de enunciação midiático; é possível pensar na constituição de sentidos da mulher negra que remontam um passado de enunciações historicamente cristalizadas no imaginário social, da mesma forma em que também projeta uma futuridade de sentidos que possibilita pensar em novos lugares do dizer.

A corroborar com a nossa hipótese, confirma-se a constituição de sentidos a partir do lugar da discriminação da mulher negra, considerando uma dupla opressão, por ser mulher e por ser negra, mas também percebemos que há um funcionamento ainda mais complexo, em que nota-se que não somente os aspectos de raça e gênero determinam a opressão, como também classe, orientação sexual, religião e a soma destes e de outros marcadores identitários também inserem-se na configuração apresentada pelas análises. Nessa perspectiva, o conceito de interseccionalidade nos ajudou a compreender que tais mecanismos de opressão não agem de forma isolada, mas exercem uma ação combinada que interfere negativamente na vida de mulheres negras. Sobre essa questão, Akotirene (2019) reforça que o pensamento interseccional nos desperta para entender que há sempre a possibilidade de sermos oprimidas, ao mesmo tempo em que também podemos estar contribuindo para os fatores que possibilitam tal violência.

Problematizar a percepção dessa dupla ou múltipla opressão possibilita pensar mecanismos que garantam que a discriminação de gênero e a discriminação de raça que acomete mulheres negras sejam analisadas em conjunto, considerando uma análise mútua, entendendo que “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p. 10). Quando temos a responsabilidade, enquanto instituições e cidadãos, de não propagar tais obscuridades que invisibilizam nosso contexto histórico, seus efeitos e opressões sobre outros indivíduos, é preciso pensar maneiras de desconstruir os discursos excludentes que constituem os demais espaços de enunciação, a partir da compreensão de que, segundo Akotirene (apud. RIBEIRO, 2017, p. 70), “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que se é invisível”.

A temporalidade tem um papel decisivo na configuração histórica dos sentidos que determinam a dupla discriminação da mulher negra. Isso acontece porque, para constituir significação, a língua se apropria sempre de um passado de enunciações já ditas e expostas ao real. Esse funcionamento faz com que os sentidos circulem além do tempo, interferindo na forma como nos relacionamos através da linguagem e no modo como vemos o mundo. Na constituição de sentidos de mulher negra, não é diferente, visto que observamos nesta pesquisa a constituição de diferentes memoráveis a contribuir com a representação da imagem desta mulher.

Primeiramente, podemos apresentar os sentidos que mobilizam o memorável da escravidão que legitima um discurso hegemônico de dominação, o qual rememora um passado de sofrimento, de luta e de resistência. Os sentidos que instauram esse memorável, estão associados a aspectos que determinam socialmente que a mulher negra não deve ocupar espaços acadêmicos, que se deve apenas operar trabalhos serviços, em jornadas de trabalho desgastantes e que não se deve ocupar lugares de destaque ou dignos de visibilidade.

Em segundo lugar, encontramos sentidos que nos apresentam um memorável de exclusão, em que a mulher negra tem o seu discurso silenciado pelas vias da masculinidade e da branquidade. Nesse caso, estando inserida em ambos os grupos, a mulher negra, enquanto sujeito político, tem o seu direito ao dizer apagado em detrimento da predominância de vozes da mulher branca ou do homem negro, podendo estar inclusa nesses dois espaços de enunciação, ao mesmo tempo em que também encontra-se à margem da normatividade que a permite afirmar seu lugar. Esse funcionamento permite que as mulheres negras tenham uma recusa de oportunidades e obtenham mais dificuldades para cursar uma universidade, para conseguir um emprego ou para ver-se representada no ambiente político ou na mídia.

Outros sentidos em destaque, apontam para o memorável ligado a aspectos financeiros. Este memorável, principalmente na mídia, constitui sentidos que de que a mulher negra que tem sua vida transformada pelo poder monetário tem lugar para enunciar suas experiências. Ao apresentar este memorável, as revistas priorizam a fala de mulheres negras que alcançaram sucesso empreendendo, que conquistaram altos cargos no mundo corporativo ou que se destacam na moda, deixa-se de lado, por tanto, vivências que puramente enunciam a força, a cultura e a militância na luta diária dessas mulheres.

Os sentidos que mobilizam tais memoráveis é reflexo do funcionamento do político no acontecimento linguístico. O político organiza a constituição de sentidos de mulher negra a partir da distribuição dos lugares do dizer para os locutores dentro da configuração dos espaços de enunciação e das cenas enunciativas. Em paralelo com o funcionamento da

temporalidade, o político, ao estruturar desigualmente o espaço enunciativo, permite que se instale um conflito, em que a mulher negra disputa a palavra com os outros falantes, sejam eles a mulher branca, o homem negro ou o homem branco.

Dentro das cenas enunciativas que analisamos, no entanto, nota-se que privilegiam-se uns em detrimento da exclusão de outros falantes. Partindo desse ponto para pensar o lugar do dizer da mulher negra, acreditamos que “não estamos lindando com uma ‘coexistência pacífica de palavras’ e, sim, com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar” (KILOMBA apud RIBEIRO, 2019, p. 88), e, por isso, compreender os elementos decisivos para a constituição de determinados sentidos, vai além do pensar teórico para refletirmos sobre a realidade a qual se insere a mulher negra e quais medidas sociais podem ser pensadas ou problematizadas para que esta distribuição de lugares pelo político possa ser mais igualitária.

Nessa direção, percebe-se ainda que, em contrapartida aos sentidos que pré-determinam os lugares e representações da mulher negra, há também a existência de uma nova configuração resultante do conflito instaurado no centro do dizer, em que notamos uma constante redivisão dos espaços de enunciação. A transformação desses espaços políticos é observados nas análises apresentadas conforme instala-se alguns embates de sentido. Sendo assim, observamos que nos recortes em que os sentidos da expressão mulher negra se apresentam associados a realização pessoal de conquistar sucesso ao empreender, poder incluir negros no mercado de trabalho, poder estudar ou trilhar uma carreira profissional, em oposição a uma realidade excludente, configura uma nova distribuição de lugares. A mulher negra deixar de estar à margem para frequentar espaços predominantemente brancos e/ou masculinos.

A constituição de todos os sentidos que apresentamos aqui, nos aponta também uma importante reflexão sobre a distribuição de lugares da mulher negra. A partir de todas as questões discutidas, portanto, entendemos que pensar criticamente a universalidade ou absolutização da categoria “mulher” indica sempre a necessidade de visualizarmos outros caminhos de ser mulher. Desse modo, a constituição de sentidos da mulher negra também nos leva a interpretar que as mulheres partem de jornadas diferentes. Não há como pensar que mulheres negras estão junto às mulheres brancas, lado a lado, na conquista de direitos, porque possuem trajetórias marcadas desigualmente por fatores que interferem somente na vida das mulheres negras. O racismo, a exclusão e a falta de oportunidades, junto aos entraves de se viver num país extremamente preconceituoso e machista, socialmente demonstram que é preciso promover uma consciência crítica que parte desde a formação cidadã dos estudantes

nas escolas até a discussão de temas relevantes na mídia que envolvam questões de gênero e raça.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- A voz do Feminismo**: Revista Marie Claire. São Paulo, SP: Editora Globo, 2019-Mensal
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CEREJA, W.; VIANNA, C. A. D.; DAMIEN, C. **Português Contemporâneo: diálogo, reflexão e uso - volume 2**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CRENSHAW, K. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem.
- _____. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v.10, nº 1, 2002, p.171-189.
- DIAS, L. F. **Enunciação e Relações linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos**. <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 28 de Set. de 2020.
- #EUTENHODIREITO**: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2017-Mensal.
- Extravagante Ma Non Troppo**: Revista Vogue Brasil. São Paulo, SP: Edições Globo, 2019-Mensal.
- GUIMARÃES, E. **A Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido**. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, 51 (1): 49-68, Jan./Jun. 2009.
- _____. **Domínio Semântico de Determinação**. In: Guimarães, E. & M.C. Mollica. A palavra. Forma e Sentido. Campinas, Pontes. 2007
- _____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002
- _____. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- _____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, Pontes, 1995.
- HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres Negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- _____. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LIMA, E. G. **Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa**. Educação e Fronteiras On-Line, v. 2, n. 4, p. p. 143-155, 2012.

Livre, sim: Revista Marie Claire. São Paulo, SP: Editora Globo, 2019-Mensal

ORLANDI, E. P.. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100p

PAYER, M. O. **Linguagem e sociedade contemporânea** – sujeito, mídia, mercado. Revista Rua, Campinas, v.11, n.1, p. 09-25. Set. 2005.

Poder Afro: Revista Cláudia. São Paulo, SP: Grupo Abril, 2019-Mensal.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

_____. **Quem tem Medo do Feminismo Negro?** 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCALZO, M. **Jornalismo de Revista**. 4 ed. - São Paulo: Contexto, 2011.

Vogue celebra seus 44 anos: Revista Vogue Brasil. São Paulo, SP: Edições Globo, 2019-Mensal.

WOLF, N. **O Mito da Beleza**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1992.

ZOPPI-FONTANA, M. **Pós-verdade:** léxico, enunciação e política. Linguagem e Significação: práticas sociais, 01/2018, ed. 1, PONTES, Vol. 2, pp. 34, pp.133-166, 2018.